

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

LUCAS EDUARDO PRAIS DE CASTRO RESENDE

**BOLSONARISMO E FASCISMO CLÁSSICO: APROXIMAÇÕES,
DISTANCIAMENTOS E CARACTERIZAÇÃO**

UBERLÂNDIA, MG

2023

LUCAS EDUARDO PRAIS DE CASTRO RESENDE

**BOLSONARISMO E FASCISMO CLÁSSICO: APROXIMAÇÕES,
DISTANCIAMENTOS E CARACTERIZAÇÃO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para conclusão do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dra. Patrícia Vieira Trópia

UBERLÂNDIA, MG

2023

AGRADECIMENTOS

Dedico esse esforço, em primeiro lugar, a mim mesmo, por ter realizado a façanha de sobreviver, sem capitular, ao abatedouro do pensamento crítico que são os cursos de humanidades das universidades brasileiras. Parabéns, Lucas, você merece.

Em segundo lugar aos meus pais, uma dupla formada por minha mãe, a pessoa mais corajosa que já conheci, e meu pai, o homem mais sensível e gentil com o qual já tive contato. Vocês moram em cada gesto do meu corpo.

Dedico este trabalho também a Dona Wilma, seus cafunés são minha primeira referência de conforto.

Agradeço a Cidinha, que sempre cuidou de mim com um largo sorriso no olhar.

Ao meu irmão Rodrigo, que, invariavelmente e à sua maneira pitoresca, esteve ali por mim quando precisei, e quando nem sabia que precisava.

Agradeço, também, a Nanda, minha professora, por ter me ensinado sobre a escrita da vida, em um tempo em que eu era analfabeto.

Agradeço a Fernanda, a compaixão que repousa em seus olhos me faz ter a certeza que dias melhores virão.

Obrigado Swami, meu amigo filósofo, por ter contribuído tanto para a minha formação intelectual.

Obrigado Gregório, nossas conversas são ventos que me sopram rumo à "boa loucura".

Obrigado Ana, por ter me incentivado a perseguir o sonho da Universidade, guardo nossas memórias envoltas em ternura e leveza.

Por fim, mas certamente não menos importante, agradeço a minha orientadora e professora Patrícia, que, para além de uma acadêmica brilhante, carrega e realiza através de sua prática pedagógica os valores políticos de emancipação humana os quais professa.

Todos vocês habitam em meu corpo e são a substância das minhas melhores ideias. Enquanto professor de Ciências Sociais meu horizonte é retribuir ao mundo as virtudes que aprendi com vocês.

Obrigado, do fundo do meu coração.

RESUMO

O presente trabalho buscou, através de um processo de comparação com o fascismo clássico italiano, examinar um dos mais relevantes fenômenos políticos, sociais e culturais brasileiros do século XXI: o bolsonarismo. Esse esforço se deu por meio de uma discussão bibliográfica, que serviu de sustentação para uma análise que teve como objetivo encontrar elementos de semelhança e de diferença entre os dois movimentos políticos, a fim de, assim, elaborar uma caracterização pertinente acerca do recente fenômeno brasileiro. A partir desse processo comparativo, essa monografia se dedicou a investigar em que aspectos o movimento liderado pelo ex-presidente Jair Messias Bolsonaro se aproxima do regime de Benito Mussolini, e em que ele se distancia, dando particular ênfase a relação desses dois fenômenos com o sindicalismo. A pergunta que se objetivou responder é se é adequado classificar o bolsonarismo como uma ideologia e movimento fascista. Concluiu-se que, contextualizando o movimento historicamente, é apropriado nomear o bolsonarismo como um fenômeno neofascista.

PALAVRAS-CHAVE: BOLSONARISMO, FASCISMO CLÁSSICO, NEOFASCISMO, SINDICALISMO.

ABSTRACT

This work, through a process of comparison with classical Italian fascism, examined one of the most relevant Brazilian political, social and cultural phenomena of the 21st century: bolsonarism. This effort took place through a bibliographical discussion, and unfolded on an analysis that aimed to find points of similarity and difference between the two political movements, in order to develop a pertinent characterization of the recent Brazilian phenomenon. Supported by this process of analogy, this writing was dedicated to investigating in which aspects the movement led by former president Jair Messias Bolsonaro approaches Benito Mussolini's regime, and in which aspects it distances itself, giving particular emphasis to the relationship between these two phenomena and unionism. The question we aimed to answer is whether it is appropriate to classify Bolsonarism as a fascist ideology and movement. After dedicated analysis, it was concluded that it is appropriate, given its similarities with classic fascism, however, contextualizing the movement historically, to name Bolsonarism as a neo-fascist phenomenon.

KEYWORDS: BOLSONARISM, CLASSIC FASCISM, NEO-FASCISM, UNIONISM,

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	3
2 FASCISMO CLÁSSICO, NEOFASCISMO E BOLSONARISMO COMO VARIANTE NEOFASCISTA.....	10
3 FASCISMO CLÁSSICO E BOLSONARISMO.....	18
3.1 APROXIMAÇÕES ENTRE O FASCISMO CLÁSSICO E O BOLSONARISMO.....	19
3.2 DISTANCIAMENTOS E DISCREPÂNCIAS.....	28
4 O SINDICALISMO DIANTE DO FASCISMO E DO BOLSONARISMO.....	35
4.1 A ITÁLIA E OS SINDICATOS FASCISTAS.....	37
4.2 SINDICALISMO, NEOFASCISMO E BOLSONARISMO.....	42
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
REFERÊNCIAS.....	57

1. INTRODUÇÃO

Desde a crise de 2008, observa-se uma crescente inquietação e desconforto em relação ao funcionamento das democracias burguesas em âmbito global. Embora existam argumentos que afirmam que a democracia capitalista não enfrenta uma crise, que os Estados nacionais não estão enfraquecidos pela globalização, que isso não tem relação com o aumento da desigualdade econômica e que os movimentos populistas não podem ser apontados como reflexo desses processos, a realidade parece indicar uma perspectiva substancialmente divergente.

Diamond (2017) tem identificado uma disposição global de recessão democrática, registrando pelo menos 27 casos de crises democráticas desde o ano 2000. Esses casos variam desde golpes militares até degradações na arquitetura institucional, além de violações dos direitos civis e políticos.

Alguns autores sublinham uma onda de autocratização que invade o mundo. Diversamente do passado, quando golpes amiúde encerravam subitamente experiências democráticas, a norma atual parece miná-las gradualmente, de dentro para fora, promovendo a deterioração tanto de sua arquitetura institucional quanto da crença necessária para a legitimidade de seu sistema de funcionamento (LÜHRMANN; LINDBERG, 2019). Em 2018, Levitsky e Ziblatt publicam nos Estados Unidos e na Inglaterra o livro *Como morrem as democracias*, em que discutem sobre o modo com que regimes democráticos tradicionais e consolidados são enfraquecidos institucionalmente, por dentro, ou seja como um projeto dirigido e que encontra eco nos setores de direita mais organizados. Os autores apostam na tese da morte das democracias afirmando que golpes e ditaduras ostensivas – sob a forma de fascismo, comunismo ou domínio militar – teriam desaparecido do mundo (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018). Esta monografia tem como pressuposto que variantes do fascismo têm emergido em contextos diversos, entre os quais no Brasil.

No Brasil o fenômeno do bolsonarismo, em seus elementos fundamentais, transcende as fronteiras nacionais, sendo parte de um contexto global de reação a mudanças percebidas no tocante às tradições, valores e costumes, bem como aos efeitos da crise de 2008. Eleito com uma margem de 57 milhões de votos em comparação com os 43 milhões obtidos por seu adversário Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores (PT), Jair Bolsonaro (Partido Social Liberal – PSL) emerge em um cenário eleitoral profundamente polarizado.

Essa polarização, em grande parte alimentada por sua estratégia de comunicação, não deve ser interpretada como um fenômeno isolado, mas sim como parte de uma mudança significativa no panorama político latino-americano. Simultaneamente, Bolsonaro insere-se nas dinâmicas do xadrez ideológico global, evidenciando a ascensão da mensagem anti-iluminista propagada por líderes populistas de extrema direita na Europa e nos Estados Unidos, agora manifestada no contexto brasileiro (HOFFMANN, 2022). A recente eleição do ultraliberal Javier Milei, candidato da direita argentina pela coalizão *La Libertad Avanza*, com 55, 69% dos votos, é a expressão deste movimento mais geral.

Esse fenômeno insere-se e configura-se também em roupagem neoliberal e na construção de sua hegemonia, como um desdobramento da luta de classes e do capitalismo em seu estágio imperialista. E, por conseguinte, contribui para a combinação fascismo-neoliberalismo, que parece encontrar para a classe trabalhadora organizada e para o sindicalismo um inimigo a ser combatido.

Esse estado de coisas transforma, de maneira profunda e extraordinariamente rápida, não apenas a cultura, mas também a política e a economia. Discursos com conteúdo racista e xenófobo, marcados por tendências antidemocráticas têm ganhado uma presença cada vez mais proeminente no cenário político contemporâneo. Desde o término da Guerra Fria, em meio a crises econômicas, sociais e ambientais ocorridas nos anos 2000, os regimes capitalistas globais enfrentam um período de desafios significativos. Essa fase de recessão democrática abriu espaço para a ascensão do autoritarismo de extrema direita em várias nações (BARNABÉ et al., 2023).

Os líderes desses movimentos autoritários de extrema direita, alinhados a agendas antipluralistas, portando uma aparência anti-sistêmica, fortaleceram-se nas urnas, angariando amplo apoio popular. Tais lideranças defendem pautas conservadoras, o que contribui, em parte, para o seu crescente respaldo eleitoral (DIAMOND, 2017).

A conjunção de fatores como insatisfações sociais, crescentes desigualdades econômicas e crises sistêmicas tem propiciado um terreno fértil para a proliferação dessas ideologias autoritárias. O contexto político contemporâneo revela, assim, um desafio à estabilidade democrática, demandando análises aprofundadas sobre as raízes e implicações desses fenômenos em diferentes contextos nacionais (DRUCK; FILGUEIRAS, 2023).

É possível, todavia, caracterizar movimentos e governos de extrema direita como de natureza fascista ou neofascista?

Ao longo da história, os conceitos de direita e esquerda, embora originados de conotações espaciais, adquiriram significados específicos no contexto das ideologias políticas. Partindo da teoria poulantziana sobre o fascismo (1978) e das reflexões de Boito Jr. (2021), é possível identificar proximidades entre os fenômenos políticos do fascismo clássico italiano e do governo Bolsonaro.

Os movimentos, governos e líderes de orientação extrema à direita, presentes em diversas nações, independentemente de estarem no epicentro ou nos arredores do sistema capitalista global, surgem como resultados autênticos da atual configuração e dinâmica do modo de produção capitalista (DRUCK; FILGUEIRAS, 2023).

O capitalismo flexível, impulsionado e delineado pelas inovações tecnológicas, pela financeirização da acumulação e pelas reformas e políticas neoliberais, promoveu uma enorme mudança no modo de produção e consumo. Essa transformação reconfigurou as dinâmicas de trabalho e as estruturas de classe, impondo uma nova lógica em todos os aspectos da vida social, cujo cerne é guiado pela competição e pelo individualismo (DRUCK; FILGUEIRAS, 2023).

É fato que uma série de estudiosos vem tentando desvendar o fenômeno da ascensão da extrema direita no mundo, e, de modo geral, as explicações se ancoram na base social e giram em torno de duas grandes teses: uma associa a ascensão da extrema direita a transformações no plano econômico; a outra, a transformações no plano dos valores culturais.

No contexto brasileiro, surge o bolsonarismo, partindo de um nicho de extrema-direita, que articulou um apoio massivo e diversificado capaz de angariar 46% dos votos válidos no 1º turno em 2018 e transformar um partido acanhado e sem recursos na 2ª maior bancada parlamentar do Congresso Nacional brasileiro. No entanto, o tema abordado por esta monografia não é a campanha eleitoral, suas determinações e particularidades, mas a caracterização ideológica desse movimento como neofascista, o que remete a uma análise do fascismo clássico.

Embora se possa formular múltiplas definições generalizantes sobre os movimentos e regimes fascistas, é mais acertado esquematizar as fronteiras imprecisas dos regimes, os contornos dos movimentos e as etapas que podem ou não ser percorridas para se completarem como propostas, movimentos ou regimes. Autores como Paxton, João Bernardo e Umberto Eco, entre outros, exploraram essa abordagem, cada um partindo de ângulos distintos e chegando a definições diversas. A vantagem desses

estudiosos é que enfatizaram a historicidade dos fenômenos fascistas sem abrir mão da construção de um conceito abrangente (SECCO, 2022).

Antonio Gramsci delineou pioneiramente uma metodologia desse tipo. Quando os Cadernos do Cárcere foram publicados, o líder do Partido Comunista Italiano, Palmiro Togliatti relembrou as palavras de Antonio Gramsci: "Uma pergunta não formulada nos acompanha, se soubermos ler, caderno por caderno, página por página: como isso foi possível; como isso poderá cessar?" (Apud TOGLIATTI, 2001, p. 177).

O fascismo, enquanto fenômeno consolidado na Europa, com sua gestação especialmente na Itália, serviu como exemplo concreto para o desenvolvimento dos conceitos fundamentais desses movimentos. A formação do fascismo nesses países resultou de um amálgama de diversas determinações históricas que contribuíram para a constituição desse período. Entretanto, ainda que seja um fenômeno histórico, não é possível afirmar categoricamente que o fascismo é ultrapassado e irrepetível.

Antes de delinear as características gerais do fascismo, é crucial estabelecer a premissa de que o fascismo é um movimento e modelo político de um estado capitalista de exceção, assemelhando-se às ditaduras militares e ao bonapartismo (NETO, 2021), que se deu no bojo da luta pela inserção das nações dentro do bloco imperialista capitalista. Diante dessa afirmação, é necessário salientar a seguinte premissa: os fascismos não são movimentos guiados pelo pensamento e não são períodos circunscritos, perdidos no tempo e na história, podendo sempre renovar-se com outras características anteriormente apresentadas (NETO, 2021). A prática historiográfica costuma revelar como o novo pode surgir no interior de formas antigas e o velho revestir-se de novas.

Nesse aspecto, embora o Brasil estivesse, durante o governo Bolsonaro, sob uma democracia burguesa, ainda que desgastada, Boito Jr. (2020a) argumenta que é possível caracterizar o bolsonarismo como um movimento social fascista. Ademais, é possível caracterizá-lo como um governo fascista, sem que ocorra, necessariamente, a transição para uma ditadura fascista plenamente desenvolvida. Melo (2020), em consonância, relata que para o fascismo se instituir só é preciso encontrar um ambiente favorável para que suas atitudes e modos de pensar e sentir possam prosperar. Outro elemento dessa forma política é sempre o temor das classes dominantes de que o movimento dos trabalhadores e seu partido possam promover uma revolução, como o pensamento italiano de que seus trabalhadores organizados no amplo Partido Socialista pudessem promover uma revolução social nos moldes daquela ocorrida na Rússia em 1917.

É importante repisar que Boito Jr. (2020a) faz referência a um movimento e a um governo neofascista, e não a uma ditadura fascista. Essa distinção é crucial para uma compreensão mais aprofundada do cenário político abordado. Ao mencionar um movimento neofascista, aponta-se para a ressurgência de ideologias e práticas características do fascismo, mas em um contexto contemporâneo, o qual é marcado pelo modo de organização neoliberal do capital. Da mesma forma, ao falar de um governo neofascista, está se enfatizando a presença dessas características no exercício do poder, sem necessariamente se configurar como uma ditadura clássica.

De acordo com Boito Jr. (2020b), o governo Bolsonaro combina essa concepção que pode ser caracterizada como fascista, com um neoliberalismo radicalizado, criando uma situação inusitada na história política recente do Brasil. O governo neofascista de Bolsonaro é burguês e neoliberal, mas a sua base social de apoio ativo é pequeno-burguesa e de classe média, afirma o autor.

De acordo com Filgueiras e Druck, o que o fascismo atual possui é uma base social reacionária mobilizada, apresentando, portanto, o elemento fundamental na definição do fenômeno fascista. Essa base social é mobilizada por intermédio dos meios de comunicação digitais, principalmente as redes sociais (FILGUEIRAS; DRUCK, 2020).

A mobilização de uma base social de apoio de classe média e pequeno burguesa é um elemento fundamental na definição do fascismo. Mas outra estratégia do fascismo clássico foi “conseguir influenciar de modo direto e ligar a si, de modo organizado, certas camadas de trabalhadores: operários, assalariados agrícolas (*braccianti*), etc”, (Togliatti, 1978, p. 55). É neste sentido que uma das estratégias mais importantes do fascismo na busca por uma base de massas é a organização de sindicatos fascistas.

Partindo desses argumentos o presente estudo tem como objetivo geral caracterizar um dos mais relevantes fenômenos sociais do campo da direita política que surgiu no Brasil recente: o bolsonarismo. Tal caracterização vai se dar a partir de um processo de contraste das políticas do bolsonarismo e do fascismo italiano da primeira metade do século XX. Mais especificamente, o esforço de justapor tais acontecimentos políticos tem como intuito demonstrar as semelhanças e diferenças entre esses fenômenos.

A escolha do tema “Bolsonarismo e Fascismo Clássico: Aproximações, Distanciamentos e Caracterização” para esta monografia é motivada pela relevância e complexidade do cenário político contemporâneo brasileiro. O Brasil tem vivenciado transformações significativas em sua dinâmica política, e a ascensão do bolsonarismo,

liderado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, suscita questionamentos e análises aprofundadas. A justificativa para a abordagem desse tema também reside na necessidade de compreender as características ideológicas e a possibilidade de comparação entre fenômenos políticos da perspectiva teórica de Poulantzas.

A hipótese levantada sugere que, embora existam notáveis diferenças históricas e contextuais entre o bolsonarismo contemporâneo e o fascismo clássico do século XX, há elementos ideológicos e estratégicos que apontam para possíveis aproximações. O presente trabalho vai ocupar-se de sublinhar tais diferenças e semelhanças. Entre as estratégias políticas adotadas pelo fascismo clássico na dominação de sua base social, Togliatti destaca os sindicatos fascistas. Ele afirma: “os sindicatos fascistas são a principal organização de massa do fascismo” (1978, p. 55). No caso do bolsonarismo, a relação estabelecida com os sindicatos foi a de adoção de uma postura de desconstrução, buscando enfraquecer a influência política e econômica dos sindicatos. Essa abordagem está alinhada com a visão de redução da interferência estatal na economia. Bolsonaro e alguns de seus apoiadores criticavam o sindicalismo, frequentemente associando-o a práticas corruptas e a interesses partidários. Esse discurso pode ter contribuído para a redução do apoio popular aos sindicatos em alguns setores da sociedade (SOUZA, 2017).

Como metodologia, foi realizada uma pesquisa bibliográfica para identificar obras-chave que abordassem o bolsonarismo, o neofascismo e o fascismo clássico e análises comparativas entre ambos. A seleção baseia-se na relevância, na profundidade das análises e na representatividade das perspectivas discutidas. Além de livros e artigos acadêmicos, a revisão bibliográfica abrange fontes diversas, como ensaios críticos, reportagens especializadas e análises de especialistas. A diversificação de fontes proporciona uma visão abrangente e multifacetada do tema. Porém, o corpo teórico de sustentação do trabalho será fundamentalmente marxista.

O trabalho se vale das ponderações do professor de Ciência Política da Unicamp, Armando Boito Jr., que se dedica, em grande medida, a analisar o bolsonarismo e seus desdobramentos na sociedade brasileira. Outro autor que contribui para a discussão por esse texto apresentada será o acadêmico da Universidade Federal Fluminense, Demian de Melo, em especial as ideias por ele enunciadas no artigo “O Bolsonarismo como o Fascismo do século XXII” (2021), no livro “(Neo)fascismo e Educação”. Outro escritor essencial para o exame aqui realizado é o italiano Palmiro Togliatti, em especial sua análise da relação entre o fascismo clássico e os movimentos sindicalistas italianos.

Esta monografia está dividida em quatro partes, além da introdução e das considerações finais. Na primeira parte, o tema central é a caracterização do neofascismo como uma variante do fascismo clássico. São examinadas algumas teses favoráveis à tal caracterização a partir da bibliografia. A exposição dos conceitos de fascismo e as polêmicas em torno da caracterização do neofascismo são fundamentais para se discutir o bolsonarismo. Na segunda, buscou-se comparar fascismo clássico e bolsonarismo, possíveis aproximações e distanciamentos, a partir de distintas questões: contextos de crises capitalistas, apoio dos setores médios e mobilização popular e tendências ideológicas conservadoras. Na terceira, o tema são as aproximações e distanciamentos entre o sindicalismo no fascismo clássico e no bolsonarismo. Por fim, na parte final, são tecidas algumas considerações para se encerrar a avaliação realizada no decorrer do trabalho.

2. FASCISMO CLÁSSICO, NEOFASCISMO E BOLSONARISMO COMO VARIANTE NEOFASCISTA

Entende-se que a apreensão do conceito de fascismo demanda uma abordagem teórica em detrimento de uma abordagem descritiva. Nessa ótica, a definição deve emanar concomitantemente dos eventos históricos e de uma teoria política e estatal mais abrangente. O propósito é discernir o que é fundamental para o fenômeno, oferecendo uma direção para as análises.

Em sua argumentação a respeito da necessidade de um conceito geral de fascismo e da defesa da tese do fascismo como gênero e do fascismo clássico e do bolsonarismo como espécies do fascismo, Boito Jr. (2020a) retoma o debate com autores marxistas e não marxistas. Ele defende que esta definição deve partir da história, dos contextos e das conjunturas, e de uma teoria geral da política e do Estado.

Neste sentido, o autor exemplifica que os conceitos de capital (como o valor que se valoriza), de Estado (como uma instituição específica que organiza a dominação de classe) e de classes sociais (como coletivos definidos pela posição na produção social) são definições que indicam direções para o desenvolvimento da análise, sem a intenção de apresentar uma lista exaustiva de características específicas de cada fenômeno - capital, Estado e classes sociais (BOITO, 2020a).

Igualmente, ao formular uma definição teórica do fascismo, fornece-se uma orientação para a análise histórica. Todos os modelos históricos de Estados vinculados a classes dominantes exploradoras, sejam no contexto do sistema capitalista, escravista ou feudal, apresentam-se ao longo da história sob formas mais ou menos ditatoriais ou democráticas. Essa dualidade estrutural dos Estados em diferentes eras evidencia a capacidade estatal de se adaptar à dinâmica social e às condições predominantes de cada período histórico.

Neste debate sobre a validade do conceito de fascismo para se pensar o contemporâneo, diversas concepções sobre um fascismo histórico emergem, intrinsecamente relacionadas à maneira como as sociedades foram estruturadas. Dentro desse panorama, torna-se evidente que o fascismo não se resume apenas a um movimento político vinculado ao autoritarismo manifesto em um país, mas está conectado a formas de autoritarismo presentes em sociedades onde a democracia ainda não está plenamente consolidada (SILVA, 2023).

O fascismo, ademais, não pode ser caracterizado apenas pela sua ideologia política; deve ser compreendido como um impasse estrutural nas sociedades modernas,

como expressão de um tipo específico de crise. O que ocorreu no momento da ascensão ao poder de Mussolini está diretamente relacionado à unificação, mas também ao processo de tentativa de compreensão do Estado na criação de uma forma política pela qual o país passava. A crise financeira e o aumento da desigualdade resultantes da unificação do que se tornou o Estado nacional italiano levaram à perda de confiança da população nas instituições democráticas, marcando o auge do surgimento de movimentos populistas e autoritários (SILVA, 2023).

Togliatti (2010) vai além em sua análise sobre a trajetória do governo Mussolini, argumentando que o Partido Nacional Fascista (PNF) não possuía, inicialmente, um projeto de ditadura claramente definido ao ascender ao poder. Segundo Togliatti, a instauração da ditadura fascista emergiu com um objetivo que se concretizou devido à evolução da situação econômica e às dinâmicas da luta de classes no início e meados da década de 1920.

A ditadura fascista, de acordo com Togliatti (2010), adquiriu sua forma em decorrência de fatores objetivos, sendo moldada pela conjuntura econômica e pelos movimentos de massa influenciados por essa situação. Entre 1923 e 1926, surge o totalitarismo. Assim, o fascismo não surge como uma entidade totalitária desde o início; pelo contrário, ele se transforma o tempo todo.

Entretanto, para se conceituar o fascismo emergem alguns detalhes, como bem explica Carnut (2023) quando afirma que essa indagação nos conduz, inevitavelmente, a refletir sobre a distinção entre o fascismo situado historicamente no período de 1920-1940 (período do entre guerras) e o fascismo que persistiu após a Segunda Guerra Mundial (a partir de 1945).

Em sua obra *Introdução ao Fascismo*, Leandro Konder explora uma análise das origens do fascismo, suas características e conceituação. O autor destaca a importância de entender previamente o conceito de direita, enfatizando que a direita é um gênero do qual o fascismo é espécie (KONDER, 2009).

Konder (2013) destaca que o fascismo se apropria das concepções da esquerda para fundamentar suas próprias ideias. Em contraposição à visão de Marx, que acreditava na possibilidade de superar a luta de classes e alcançar o comunismo em determinado momento histórico, Mussolini, líder fascista, sustentava a crença de que a luta de classes é inerente à existência humana.

Nesse contexto, uma apropriação realizada pelo fascismo envolve a transformação da teoria marxista da unidade da teoria e da prática numa identidade de teoria e prática

(KONDER, 2013). A teoria, segundo o autor, deixa de ser crítica, e as verdades, em vez de serem reconhecidas como socialmente condicionadas, são sistematicamente sacrificadas em prol da utilidade circunstancial percebida pelos fascistas.

Konder (2009) destaca a estratégia de Mussolini em adotar o Mito da Pátria, apresentando a Itália como uma nação proletária. Essa abordagem tinha como propósito angariar o apoio da população ao retratar a Itália como uma nação proletarizada, obscurecendo as divisões de classe internas.

Durante o governo de Mussolini, observou-se uma absorção do social pelo nacional, tornando-se um dos princípios fundamentais do fascismo. O mito nacionalista promovido pelo fascismo encontrou respaldo na fase imperialista do capital, sendo disseminado e aceito na Itália. Konder destaca que o mito da nação como substituto da ideia da autêntica comunidade humana é uma característica essencial do fascismo (KONDER, 2009).

Boito (2020a) caracteriza o movimento fascista como um amplo movimento reacionário de massa, e, alinhando-se com a perspectiva de Togliatti, conceitua a ditadura fascista como um regime de reação apoiado pelas massas. Trata-se, como definiu o teórico italiano, de uma “ditadura terrorista aberta dos elementos mais reacionários, mais chauvinistas, mais imperialistas do capital financeiro” (2010, p. 1). Essa particularidade distingue o fascismo da ditadura militar, uma questão que foi amplamente debatida na esquerda brasileira nas décadas de 1960 e 1970.

Pode-se pensar no fascismo como o gênero, enquanto o fascismo original e o neofascismo brasileiro seriam duas espécies distintas pertencentes a esse gênero comum, utilizando uma metáfora inspirada na terminologia biológica. Essa abordagem permite destacar as diferenças dentro do fenômeno fascista ao longo do tempo.

O fascismo não se configura como um movimento burguês, embora eventualmente alcance o poder necessariamente com o aval da burguesia e, desde seu surgimento, mantenha uma dependência ideológica dessa classe. Trata-se de um movimento de massa proveniente de uma camada intermediária, apresentando, assim, elementos ideológicos e interesses econômicos de curto prazo que podem diferir da ideologia e dos interesses econômicos imediatos da burguesia (BOITO, 2020a). Não obstante, a política implementada pelo governo fascista é imperialista e hegemônica pelo capital financeiro (TOGLIATTI, 2010) – o que revela a complexidade do processo de dominação no fascismo.

Ao lançar uma crítica conservadora ao capitalismo, de natureza predominantemente pequeno-burguesa, o movimento fascista inaugural, em várias instâncias, provocou confusões entre os adeptos do socialismo e do comunismo.

Nas palavras de Poulantzas (1970), isso se traduziu como uma ideologia "anticapitalista de status quo". Essa abordagem, centrada em valores que por vezes se apresentavam contrários ao sistema capitalista, muitas vezes obscureceu as divergências fundamentais entre os fascistas e os movimentos socialistas ou comunistas, criando ambiguidades ideológicas.

Em outra definição Paxton (1998) classifica o fascismo como um conceito genérico que aglomera uma série de características, sintetizadas dentro de quatro outros conceitos simultâneos: populismo, reacionarismo, nacionalismo e autoritarismo. Segundo o autor, todo fascismo obedeceria a uma lógica pautada por cinco estágios, da criação do movimento à sua radicalização ou entropia.

No caso das características do Partido Nacional Fascista — o de Mussolini — os aspectos se configuravam em antiliberalismo, rejeição das individualidades, autoritarismo, belicismo, milícias paramilitares, o exército como educador dos valores nacionais, forças armadas como escudo e lança nacionais, sacrifício em prol da nação, o fascismo como fundamento combativo baseado na ação do corporativismo, divisão social em grupos econômicos, relação simbiótica com a nação, imperialismo, privatizações e direito à propriedade privada como princípio basilar (PAXTON, 1998).

A nação representa o valor material e imaterial de uma raça anticosmopolita, portanto reacionária, a favor de um Estado único, a nação acima de todos, rejeição dos princípios da liga das nações, as escolas como formação de soldados e o exército como segurança da nação.

Sacomani (1998) compila as principais teorias explicativas, fundamentadas em elementos-chave, como a "ditadura aberta da burguesia" (com influência marxista), o "totalitarismo" (influência liberal), a "via para a modernização" ou a "revolta da pequena burguesia". Ela propõe uma definição genérica, destacando a natureza autoritária e totalitária da dominação, visando controlar diversos aspectos das relações sociais, culturais, econômicas e políticas.

A autora ressalta a intolerância a divergências e oposições, utilizando-se de violência e terror, assim como a centralização da representação por meio de um partido único hierarquicamente organizado e de massas, que as mobiliza. Além disso, menciona a sistematização da propaganda política para controlar informações e meios de

comunicação, o culto ao líder e à coletividade nacional, desconsiderando o individualismo, a divisão da sociedade em classes e outros elementos do liberalismo e do socialismo. Outros pontos abordados são o corporativismo, a intervenção estatal na economia mantendo a propriedade privada, e os objetivos expansionistas e imperialistas.

Na atualidade, o conceito de fascismo, que parecia extinto, ressurgiu sob diversas manifestações. Desde a Segunda Guerra Mundial, surgiram movimentos que se autodenominam fascistas, neofascistas, populistas, extremistas de direita, revolucionários nacionais, nacional-socialistas, populistas nacionalistas radicais e fascistas clericais.

Esses grupos apresentam semelhanças e diferenças em relação aos casos do fascismo clássico. Após a Segunda Guerra Mundial, poucos deles se identificaram explicitamente como neofascistas, mas muitos elementos característicos persistiram, como a desconfiança no Parlamento e a defesa de governos robustos e da aplicação rigorosa da lei e ordem, acompanhados por uma revisão histórica particular.

Eco ao analisar os regimes fascistas na Europa, considerou que existem certas características típicas do que ele denomina fascismo eterno. São elas:

Culto à tradição; Recusa da modernidade: a ilustração e a razão são vistas como princípios de depravação moderna, podendo definir-se como irracionalismo; O irracionalismo supõe o culto à ação pela ação, negando a reflexão; Negação do espírito crítico, pois ele supõe o desacordo. Para o fascismo, desacordo é traição; Negação da diferença e da diversidade. Por isso, o fascismo é racista por definição; O fascismo surge da insatisfação individual ou social; por isso, uma das características típicas dos fascismos históricos é o chamamento às classes médias frustradas por alguma crise econômica, assustadas pela pressão dos grupos sociais subalternos; O nacionalismo e a xenofobia; A negação da paz; a vida é uma guerra permanente; O elitismo aristocrático e militarista; O culto a um herói; o culto da morte; A projeção da vontade de poder a questões sexuais; machismo, intolerância com as mulheres, com a homossexualidade; Populismo qualitativo, os indivíduos não têm direitos; o líder se coloca como seu intérprete. (ECO, 2018, p. 47)

Notadamente, o mundo contemporâneo vivencia a inserção das extremas-direitas mundiais em funções políticas, seja em cargos executivos e parlamentares, seja na direção de partidos políticos. Inscrita no processo de crise estrutural do capital e desenvolvendo-se sob formas particulares em cada país e conjuntura, essa rearticulação política tem gestado ideologias que resgatam os ideários fascista e conservador e se objetivam em novas combinações, a exemplo do neofascismo e do neoconservadorismo.

Propostas neofascistas ganham eco em um cenário contemporâneo marcado pela escassez de empregos e o avanço da desigualdade econômica. Nesse contexto, a disseminação do ódio e da desumanização, onde a brutalidade é elevada à categoria de

virtude política, e o irracionalismo apelam às reservas de animalidade dos indivíduos na sociedade capitalista, conforme delineado pelo filósofo Lukács (2007).

Mattos (2020), fundamentando-se nas dimensões de hibridismo, adaptabilidade e mutabilidade, advoga pela adoção do conceito de neofascismo, destacando a importância das transformações históricas, ao mesmo tempo em que reconhece elementos de descontinuidade e continuidade entre o fascismo e o neofascismo.

No que tange à descontinuidade desse processo, evidencia-se que o neofascismo se distingue pela manutenção (e recrudescimento) das políticas neoliberais, que preconizam a não intervenção do Estado na economia, a superexploração da força de trabalho por meio de modalidades contratuais precárias como o trabalho intermitente, substituindo os contratos de trabalho com direitos trabalhistas, e a persistência do ideário neoliberal que advoga pelas privatizações das empresas estatais.

Assim como o fascismo do passado, o neofascismo atual dissimula nas massas o elo entre as crises econômicas e a ordem social estabelecida pelo capital. Essa correlação é intensificada contemporaneamente pelo capitalismo financeirizado, que amplia a tendência à concentração e centralização do capital, à reprodução desigual da renda e riqueza entre diferentes estratos sociais, à expansão do exército industrial de reserva em suas variadas formas (desemprego, subemprego, trabalho precário, trabalho escravo) e, em última instância, a propensão a crises econômicas recorrentes, tanto localizadas quanto globais (FILGUEIRAS; DRUCK, 2020).

Nesse cenário, uma relação simbiótica crescente entre o neoliberalismo-capital financeiro e o neofascismo se estabelece por duas razões fundamentais. Por um lado, o capitalismo financeirizado neoliberal, ao enfrentar dificuldades crescentes para envolver as grandes massas populacionais em seu processo, enfrenta desafios na coexistência com a participação política das camadas sociais mais amplas. Isso, por sua vez, resulta em uma tensão crescente com o Estado de direito, suas instituições e, em última análise, com a democracia formal estabelecida pelas revoluções burguesas (FILGUEIRAS; DRUCK, 2020).

A precarização constante das condições de vida e trabalho da maioria da população não é mais apenas uma consequência de circunstâncias extraordinárias durante períodos de crise; ao contrário, a normalização dessa nova realidade demanda cada vez mais a imposição de um estado de exceção, onde a exceção se torna a norma. Nesse sentido, o capitalismo financeirizado neoliberal cria e perpetua as condições e o contexto socioeconômico nos quais o autoritarismo e o neofascismo emergem e vicejam.

Posto algumas referências sobre o fascismo e neofascismo observa-se que nesse debate há uma discussão empiricista e historicista da utilização do conceito de fascismo na atualidade, principalmente no Brasil em sua caracterização do bolsonarismo como um governo fascista ou neofascista. Essa caracterização tem sido objeto de intensa polêmica e debate entre estudiosos, políticos e analistas e reflete a complexidade e a natureza multifacetada do fenômeno político associado ao ex-presidente Jair Bolsonaro e seu governo no Brasil.

Ou seja, a categorização do bolsonarismo como um governo fascista ou neofascista é objeto de considerável controvérsia e debate nas esferas política e acadêmica. Essa contenda envolve uma análise abrangente de diversos elementos, incluindo retórica, ações políticas, instituições democráticas, entre outros, visando determinar se o governo de Jair Bolsonaro compartilhou traços fundamentais com os regimes fascistas históricos ou se apresenta características distintas.

Aqueles que argumentam a favor da caracterização do bolsonarismo como fascista ou neofascista frequentemente destacam alguns elementos presentes em sua abordagem política. Entre esses elementos estão o autoritarismo, a exaltação de valores conservadores, a retórica agressiva contra opositores, a polarização social, o culto à personalidade do líder, o desrespeito às instituições democráticas e o apoio a políticas de segurança pública que podem ser interpretadas como repressivas (SAFATLE, 2022; SOUZA, 2017).

A polêmica também se estende à análise das políticas específicas adotadas pelo governo Bolsonaro, como suas posições em relação ao meio ambiente, direitos humanos, educação e questões sociais. Enquanto alguns veem paralelos com estratégias neofascistas de controle ideológico e rejeição de agendas progressistas, outros argumentam que essas políticas são uma expressão legítima das preferências políticas conservadoras.

Em última análise, a classificação do bolsonarismo como fascista ou neofascista é uma questão complexa que envolve considerações históricas, ideológicas e contextuais. A polêmica reflete as dificuldades inerentes à aplicação de termos carregados historicamente a fenômenos contemporâneos e destaca a importância de análises precisas e contextualizadas para compreender a natureza do bolsonarismo, tais questões serão abordadas a seguir.

3. FASCISMO CLÁSSICO E BOLSONARISMO

O fascismo clássico, forjado e que atingiu seu ápice nas décadas de 1920 e 1930 no continente europeu, e o bolsonarismo, movimento político associado ao presidente Jair Bolsonaro no Brasil, tradicional político que chega ao poder no final dos anos de 2010, apresentam algumas semelhanças e diferenças notáveis. É fundamental destacar que qualquer comparação entre esses fenômenos deve considerar as particularidades históricas, culturais e políticas de cada contexto. De todo modo, é científica e politicamente relevante comparar “fascismos”. A priori, a recusa à comparação e identificação das semelhanças e imbricações entre movimentos políticos de natureza fascista, como o próprio fascismo italiano e o nazismo alemão, impediria, por exemplo, de se compreender o que a literatura voltada ao fascismo clássico denomina “internacional fascista” (BERTONHA, 2000) e o que a literatura contemporânea vem chamando de “la nouvelle internationale fasciste” (PALHETA, 2022). Segundo Palheta, as organizações de extrema direita de diferentes países – quer sejam círculos intelectuais, milícias violentas, milícias armadas ou grandes máquinas eleitorais – têm hoje não apenas ligações entre elas como partilham uma espécie de globalização de palavras, imagens, ideias e estilos nacionalistas, autoritários, racistas, xenofóbicos, sexistas e conspiracionistas. Nas palavras do autor, tratar-se-ia de uma “internationale de la haine” (2022, p. 8).

O fascismo clássico e o bolsonarismo são fenômenos políticos, sendo possível identificar algumas similaridades políticas e ideológicas e influências entre eles – o que de modo algum significa que sejam idênticos. Vale ressaltar que a análise política é complexa e diferentes perspectivas podem oferecer interpretações variadas. Reconhecendo de partida que se trata de contextos históricos, culturais e políticos específicos, é necessário, para logarmos algum êxito na tarefa comparativa que nos propomos fazer, explicitar que tipo de fenômeno estamos tratando, ou em que nível político e social os dois fenômenos se expressam. Neste sentido, além da análise conjuntural e do contexto, importa considerar a caracterização dos dois fenômenos como movimento político e social, como governo e como regime político.

Dito de outro modo, embora existam semelhanças entre o fascismo clássico e o bolsonarismo 1) é importante ressaltar que são fenômenos influenciados por contextos específicos; 2) cada fenômeno deve ser caracterizado segundo o nível político e organização (se como movimento social, se governo e se regime político); e 3) cada

movimento deve ser analisado em seu próprio contexto, considerando as peculiaridades de suas respectivas épocas e locais.

3.1 APROXIMAÇÕES ENTRE O FASCISMO CLÁSSICO E O BOLSONARISMO

Partindo de algumas referências mobilizadas até aqui, é possível identificar características comuns entre bolsonarismo e fascismo: a natureza das crises que engendram os movimentos, a base social mobilizada ou as forças-apoio e o conteúdo de classe burguesa pois, embora se apoie nas classes médias, o fascismo e o bolsonarismo adotam políticas que convergem com os interesses do grande capital (no fascismo clássico o grande capital monopolista e, no caso do bolsonarismo, o capital internacional e a fração da burguesia brasileira a ele integrada).

Tratemos inicialmente da natureza da crise do fascismo e do bolsonarismo. Um aspecto fundamental do fascismo, destacado recorrentemente pela literatura, é o fato de se constituir como um movimento político destinado a preservar a ordem capitalista em períodos de crise da forma social estabelecida. O bolsonarismo também é expressão de um movimento político destinado a preservar a ordem capitalista em um contexto de múltiplas crises, econômica, política e de valores. Dito de outro modo, ambos os fenômenos políticos intencionam manter uma organização social degradada pelo estado de crise do capital que, contemporaneamente, foi aberto pela crise de 2008 e que impacta no Brasil a partir de 2014.

A relação entre fascismo, bolsonarismo e crises é, como dissemos, amplamente estabelecida. Gramsci reconhece na crise de hegemonia, ou crise de autoridade, o momento decisivo no qual se expande o poder do fascismo. Gramsci afirma que a “crise consiste justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer: neste interregno, verificam-se os fenômenos patológicos mais variados” (2000, p. 184), cuja solução será a força tipicamente fascista. Segundo Trotsky, a situação característica do fascismo é aquela de crise política em que a burguesia em declínio não é mais capaz de se manter no poder pela via parlamentar. Para o autor, a burguesia recorre ao fascismo como arma de autodefesa (TROTSKY, 1932). Trata-se, todavia, de crises com características específicas, não meramente conjunturais. Configuram-se como crises políticas mais amplas e de longo prazo (BOITO JR., 2021).

O tipo específico de crise política que abre a possibilidade de emergência de governos e regimes fascistas, segundo Poulantzas (1978), é uma combinação particular de contradições, assim sintetizadas por Flores e Del Passo:

a) as sucessivas derrotas políticas das classes trabalhadoras, que passam para uma situação defensiva prolongada; b) a crise de hegemonia no bloco no poder, com a instabilidade política e a incapacidade de uma das frações burguesas impor uma direção à política estatal; c) a crise de representação partidária e a decadência dos partidos burgueses tradicionais; d) e a entrada em cena de um movimento reacionário de massas das classes intermediárias do modo de produção capitalista (pequena-burguesia e classes médias) (2021, p. 23).

Trata-se de uma situação de crise em que as frações burguesas “cooptam o movimento reacionário em ascensão para estabelecer uma nova hegemonia política e implantar uma política regressiva contra os trabalhadores, que se encontram incapacitados para construir uma resistência de massas e interromper o processo de fascistização” (FLORES e DEL PASSO, 2021, p. 23).

Segundo Poulantzas (1978), a crise política no fascismo clássico leva à implementação de governos sob controle de um partido fascista, ainda que com apoio de partidos burgueses, governos os quais se desdobram em ditaduras fascistas. Para o autor, o fascismo se mostrou um fenômeno do pós-guerra, decorrente de uma “acumulação, desigualmente desenvolvida, do conjunto de contradições – econômicas políticas e ideológicas -, no interior da qual se *manifestam*, antes, várias ‘crises econômicas’, que são o seu efeito” (1978, p. 58).

A literatura mostra que o contexto de crise em que o fascismo é forjado tem como base a tardia unificação italiana e alemã, a posição secundária ou intermediária destes países na cadeia imperialista, o peso das instituições e ideologia feudais - a Prússia, o Mezzogiorno – (BOITO JR., 2021), a violência entranhada na sociedade italiana. Na descrição do fascismo, crise econômica, crise política, crise socialista, crise de hegemonia se entrecruzam com impacto sobre amplos e distintos setores sociais na Itália. No plano ideológico, se trata de um nacionalismo exacerbado, reacionário e chauvinista. E a crise que faz emergir o neofascismo?

Gattinara et al. (2013) apontam que o neofascismo é um dos efeitos da crise internacional de 2008. Os autores chamam a atenção para a escala de mudanças não apenas na reconfiguração dos partidos - com o aparecimento de agremiações de extrema-direita -, no percentual de votos nestes novos partidos, mas de governos defensores de uma pauta conservadora. Os autores afirmam:

The ‘Eurocrisis’ has brought about not only social and economic changes, but also a fundamental reshaping of the composition of the political systems within

each of the crisis-ridden countries. The major parties that had ruled over the 1990s and 2000s are facing today a progressive and apparently inexorable unpopularity, and new actors of various origins are gaining increasing electoral and popular support (2013, p. 235).

A Itália contemporânea, considerada pelos autores como ‘a economia mais perigosa do mundo’, apresentou no período pós-crise os seguintes indicadores econômicos:

the unemployment rate in Italy is currently about thirteen percent, five points higher than just three years ago, and more than double than in Germany or the Netherlands. In addition to that, between December 2007 and March 2012 youth unemployment has climbed from 21.3% to 35.9%, whereas the Italian NEET rate (the amount of people who are Not in Education, Employment or Training), is the second in the world, with a score of almost twenty per cent.³ In terms of economic performances, finally, the real GDP growth rate has fallen to -2.4% in 2012 (2013, p. 235).

Politicamente, tal como Portugal, Irlanda, Grécia e Espanha, a Itália, nas primeiras eleições ocorridas durante a crise caracterizou-se pelo facto de quase um terço do eleitorado italiano ter apoiado um recém-nascido movimento político de extrema direita e de base neofascista (GATTINARA et al., 2013). Entre as organizações de extrema direita nascidas da crise está o grupo *CasaPound Italia*, fundado em dezembro de 2003, que retomaremos no próximo capítulo quando formos discutir as relações entre neofascismo e sindicalismo. Interessa aqui ressaltar que as posições políticas, ideias e práticas da CasaPound circulam e têm tido adesão em áreas econômicas e sociais que estão fortemente interrelacionadas com a crise de 2008 e suas consequências.

Desde os anos de 1970, o capital vem experimentando uma crise de sobreacumulação e superprodução (MENDES e CARNUT, 2020). Essa crise expressa-se pela queda da taxa de lucro e pelo aumento significativo do capital fictício (CHESNAIS, 2016). No período mais recente, essa crise vem sendo acompanhada pela ascensão dos nacionalismos de direita, intensificando a política neoliberal dominante – levando ao poder figuras como Trump, que desestabilizaram ainda mais a política e a economia (CHOONARA, 2019)

As crises que marcam o bolsonarismo ocorrem em um contexto de crise econômica e política. Essas crises, segundo Boito Jr. (2021) levaram à implementação de um governo neofascista que ameaçou e atentou contra a democracia em janeiro de 2023.

Tanto o fascismo quanto o bolsonarismo são, também, movimentos de massa cuja primeira camada de apoio é a classe média. Com o tempo, e à medida que ganham controle sobre partes do aparato estatal, esses movimentos se expandem para abranger e obter uma adesão, ainda que passiva, de setores das classes populares. Como destaca

Boito Jr., “o aspecto crítico do discurso fascista e neofascista pode, de maneiras distintas, obter – e de fato obtém – impacto popular que transcende sua origem de classe” (2021, p.6).

Embora o termo massa seja impreciso, sua utilização é justificada por ser o elemento distintivo fundamental entre o fascismo e outras formas ditatoriais: o contingente de apoiadores ativos e mobilizados fora do bloco no poder. O fascismo, ressaltou Togliatti (2010, p. 8), é um regime político reacionário e de massas. Ele não é apenas um movimento ou uma luta contra a democracia burguesa; trata-se de um movimento, certamente anti-democrático, que tem como alvo o combate à classe operária, combate conduzido por uma “massa de caráter pequeno-burguês”, ou de classe média.

O caráter pequeno-burguês do fascismo, como afirma Togliatti (2010), esteve no centro das análises da militante comunista Clara Zetkin e completamente ausente, entretanto, das análises do militante italiano Amadeo Bordiga, para quem uma ditadura fascista e uma burguesa seriam a mesma coisa. Para Togliatti, faltava nestas análises “unir a ditadura da burguesia e o movimento das massas pequeno-burguês” (2010, p. 3). Para tanto, Togliatti vai discutir e diferenciar – partindo das sugestivas análises de Marx em O Dezoito de Brumário – quem deu a direção ao movimento fascista e quem se mobilizou em torno do programa. Trata-se para o autor de uma ditadura aberta da burguesia sob o imperialismo, que tende a tornar reacionárias todas as instituições, inclusive as instituições políticas.

Ao contrário da ditadura militar, a ditadura fascista opera agitando e organizando as classes médias, além de disputar o apoio das classes populares. Nesse contexto, a massa não é apenas um conjunto amorfo de indivíduos aleatórios; conforme destacam autores marxistas como Gramsci (1979) e Guérin (2021), é dentro das camadas intermediárias da sociedade capitalista, como a pequena burguesia e as classes médias, que o movimento fascista se desenvolve.

No que diz respeito ao bolsonarismo, estudos mostram que a base eleitoral, e de agitação em torno da candidatura e do governo Bolsonaro, saiu dos setores médios (SINGER, 2021; FILGUEIRAS e DRUCK, 2020). Em 2018, 38% dos universitários já se identificavam de direita, dado que corresponde, segundo Singer, “à lenta e contínua adesão de setores da classe média a posições de direita, as quais, como se sabe, acabariam por desembocar no bolsonarismo” (2021, p. 723). Para o autor, “a classe média foi a Bolsonaro” (2021, p. 726).

Flores e Del Valle (2021) afirmam que o que permite caracterizar o bolsonarismo como variante do neofascismo é a existência de um movimento reacionário de massas, predominantemente de classe média e da pequena-burguesia, que visa no fundamental implementar uma ditadura e eliminar a esquerda da vida política nacional, conforme Boito Jr. (2021) e Melo (2020).

Outra característica comum entre Bolsonarismo e fascismo é a natureza burguesa. Se o caráter de massa do fascismo fundamenta-se em Togliatti (2010) na adesão dos setores pequeno-burgueses, tratou-se, com efeito, de uma política voltada aos interesses do capital monopolista (KONDER, 2009) ou ainda da burguesia nacional italiana (GRIFFIN, 2019), dos setores imperialistas.

A relação do bolsonarismo com a burguesia tem sido tema de análise de alguns autores. Filgueiras e Druck (2020) chegaram a denominar de “neofascismo neoliberal” à combinação entre nacionalismo xenófobo e neoliberalismo. As políticas de natureza neoliberal defendidas e implementadas pelo governo Bolsonaro expressam, para os autores, os interesses de diferentes setores da burguesia, ainda que existam conflitos. Valle e Del Passo (2021) trabalham com a hipótese segundo a qual teria havido uma relação de unidade e de conflito entre frações burguesas e o governo. A unidade das frações burguesas e o governo teriam se dado no campo econômico, enquanto os conflitos teriam se expressado no que diz respeito à política sanitária e ao movimento golpista insuflado pelo presidente.

No que diz respeito à ideologia, os fascismos também apresentam diferenças e semelhanças. Togliatti (2010) alerta que a própria ideologia fascista é eclética e qualquer esquematismo tem a função mais de ocultar do que revelar aspectos centrais. A fórmula nacionalista italiana – *tudo no Estado, nada contra o Estado* – hegemônica no período totalitário (1925-30), ou seja, da ditadura fascista, difere daquela do nazismo que concebe o Estado como a *comunidade racial do povo* (BERTONHA, 2000). Porém o núcleo desta ideologia é um conservadorismo extremado, reacionário (TOGLIATTI, 2010), engajado (KONDER, 2009), que apela a um mítico coletivo: a pátria. Citado por Konder, Mussolini afirmaria que “o mito é a fé, é uma paixão. Não é preciso que seja uma realidade (...) O nosso mito é a nação, o nosso mito é a grandeza da nação” (Apud. KONDER, 2009, p. 35-36). Forja-se assim um nacionalismo que se volta, no fundamental, contra os antinacionalistas, o proletariado organizado, a esquerda e os socialistas, convidando-os a ver “em seus compatriotas capitalistas não os beneficiários de um sistema social baseado na exploração interna, mas sim colegas proletarizados (ou em vias de proletarização),

vítimas de um sistema de exploração internacional” (KONDER, 2009, p. 37. Grifos do autor). A estratégia ideológica de identificação dos inimigos da nação é, pois, particular na ideologia fascista.

No âmbito ideológico, há semelhanças entre o fascismo e o bolsonarismo. Ambos se manifestam através de uma estética que pretende romper com a ordem estabelecida, como expresso no slogan do bolsonarismo: "contra tudo que tá aí". No entanto, essa estética de ruptura com o poder, em realidade, encobre uma política reacionária, cujo propósito é preservar as relações capitalistas. Há uma aparente transformação, mas, na essência, a intenção é manter inalterados os pontos cruciais da estrutura existente.

Na obra que categoriza o bolsonarismo como um populismo reacionário, Lynch e Cassimiro (2022) adotam uma perspectiva que destaca a diferença entre conservadorismo e reacionarismo, situando Bolsonaro como um representante do último. Na visão dos autores, em uma revolução conservadora, prevalece a defesa de um processo de ruptura com o propósito de restaurar uma ordem mítica perdida, caracterizada por uma utopia regressiva cujo ideal está ancorado no passado.

Outra clara aproximação na dimensão ideológica é identificação de minorias sociais enquanto inimigos eleitos dos projetos em questão. Nesse sentido, os antagonistas escolhidos pelo bolsonarismo e pelo fascismo são, em larga medida, praticamente os mesmos grupos sociais: comunistas e outros representantes da esquerda política, minorias raciais e grupos que se descolam da heteronormatividade do desejo. São eles: os bolcheviques e os petistas, os judeus e os quilombolas e indígenas que querem “mamar nas tetas do governo”, os homossexuais e a “ditadura gayzista”, que, segundo o bolsonarismo, ameaçam obliterar a família tradicional.

Essa distinção entre conservadorismo e reacionarismo ressalta a natureza de Bolsonaro como um líder que busca não apenas preservar valores tradicionais, mas também implementar uma reversão radical em direção a uma visão idealizada do passado, romantizada do reacionarismo, aspecto comum ao fascismo clássico. O termo *utopia regressiva* enfatiza a natureza retroativa e idealizada desse projeto, em que a busca pela restauração se torna uma espécie de mito que orienta a ação política. Essa análise esclarece a posição única do bolsonarismo dentro do espectro político, caracterizando-o como um fenômeno reacionário com aspirações que transcendem simplesmente a conservação de valores tradicionais.

Ademais, o *slogan* bolsonarista “Deus, pátria e família” é uma cópia do lema da Associação Integralista Brasileira, um movimento brasileiro de inspiração abertamente

fascista, liderado, na década de 1930, por Plínio Salgado. Deus representava a ligação do Estado Integralista com o sagrado, ideal que se aproximou do cristianismo e do espiritismo, mas rejeitou as religiosidades de matriz afro-indígena. A Pátria, entendida como o lar integralista, seria formada por uma sociedade homogênea e hierárquica controlada pelo Estado Integral, responsável por orientar todo aspecto político, social e econômico da nação. Família simbolizava a força conservadora que permeia integralmente os recintos privados do lar, onde uma hierarquia e distinções comportamentais, especialmente relacionadas ao gênero, eram estabelecidas. Mulheres, por exemplo, eram desencorajadas de ingressar no mercado de trabalho, uma vez que o líder Plínio Salgado afirmava que o trabalho feminino fora do lar e a busca desenfreada pela satisfação de desejos materiais eram responsáveis pela desintegração da família (GONÇALVES; NETO, 2020).

Outra significativa aproximação é aquela denunciada por Marx ao estudar a França de meados do século XIX, dado que o Bonapartismo, assim como o fascismo e o bolsonarismo, reivindicam um passado glorioso que esses movimentos irão restaurar, suplantando o presente decadente e degradado pelos inimigos da nação.

De acordo com Ricupero (2019) na busca em compreender a essência do fenômeno do bolsonarismo, seria aconselhável recorrer a referências de cunho clássico. Acredita-se que as análises mais relevantes para enfrentar esse desafio se encontram também nas explicações sobre bonapartismo e fascismo. Não é coincidência que análises, com maior ou menor acerto, têm surgido comparando o caso mais recente com esses exemplos históricos.

Marx detalha de maneira minuciosa como, após 1846-1849, a burguesia francesa, como medida para preservar sua existência social diante da insurgência da classe operária nas batalhas de junho, renuncia à sua influência política e se submete à ditadura de um aventureiro e seu grupo.

E assim escreve:

Assim, denunciando agora como “socialista” tudo o que anteriormente festejava como “liberal”, a burguesia reconhece que seu próprio interesse exige que ela se livre do perigo do autogoverno (“self government”, no original); que a fim de restaurar a calma no país, antes de mais nada, o seu parlamento burguês deve ser silenciado; que a fim de conservar intacto seu poder social o seu poder político deve ser quebrado; que o burguês particular só pode continuar a explorar as demais classes e se regozijar sem preocupações com a propriedade, a família, a religião e a ordem, sob a condição de que a sua classe seja condenada, junto com as outras classes, à nulidade política; que a fim de salvar a sua bolsa, deve abrir mão da coroa, e a espada que deve protegê-la, seja colocada fatalmente sobre a sua própria cabeça, como a espada de Dâmocles (MARX, 1986, p. 34).

Ao examinar o golpe de 2 de dezembro de 1851, que conduziu Luís Bonaparte à posição de imperador Napoleão III da França, Marx destacou como o evoluir da luta de classes levou a burguesia a compreender a imperatividade de dilacerar seu poder político para manter incólume seu domínio social. De maneira mais direta, essa classe percebeu que, para resguardar seus interesses financeiros, precisava renunciar à sua influência monárquica (MARX, 1986). Em termos mais profundos, “sob o segundo Bonaparte” o Estado parecia “tornar-se completamente autônomo” (MARX, 1986, p 114), apoiando-se diretamente na força.

Na abertura do livro, é apresentado como, ao longo da II República Francesa, diversos grupos, como o proletariado socialista, a pequena-burguesia democrática, os burgueses republicanos do Le National, os latifundiários legitimistas e a burguesia industrial e financeira orleanista, se uniram no Partido da Ordem. Ao longo do tempo, esses grupos foram, de forma sucessiva e exaustiva, saindo da cena política até que apenas Luís Bonaparte permaneceu, sustentado pelo lumpenproletariado da Sociedade 10 de dezembro e pelos pequenos camponeses parcelários, a classe mais numerosa da nação (RICUPERO, 2019).

Thalheir também interpreta o bonapartismo e o fascismo como integrantes da mesma linhagem de sistemas políticos, ambos representando formas de ditaduras diretas do capital. Destaca os aspectos convergentes entre eles, ou seja, a crescente autonomia da autoridade executiva, a subordinação política de todas as classes, incluindo a burguesia, o controle fascista do Estado, enquanto o poder permanece nas mãos da grande burguesia e dos grandes proprietários rurais (THALHMEIR, 1979). Para o autor tanto o bonapartismo quanto o fascismo almejavam agir como beneficiários de todas as classes, provocando frequentemente conflitos entre elas. O próprio Partido Fascista apresentaria semelhanças com a Sociedade 10 de Dezembro, ao ser composto por elementos de diferentes classes, uma dinâmica que Marx identificou como algo que os franceses chamariam de *la bohème* (RICUPERO, 2019).

Embora os autores que aproximam bonapartismo e fascismo não o explicitem, parece-nos importante postular que, ainda que se trate de regimes de exceção, o fascismo é uma forma de Estado capitalista de exceção específica (POULANTZAS, 1978). Nesse sentido, argumenta-se que o bonapartismo apresentaria distinções significativas em relação ao fascismo ou à democracia parlamentar. Contudo, a divergência entre esses regimes não seria de natureza social, mas sim de caráter político, uma distinção que,

segundo Trotsky, passaria despercebida pelos stalinistas. Essa miopia, conforme a perspectiva de Trotsky, impediria que aproveitassem oportunidades revolucionárias, como as que poderiam ter surgido na França da II República e que se mostrariam ainda mais promissoras nos anos 1930 (RICUPERO, 2019). Essa análise sugere que, embora as formas de Estado possam parecer distintas superficialmente, a essência das diferenças reside nas estruturas políticas e não necessariamente nas condições sociais subjacentes.

Em síntese, coloca-se aqui as aproximações e distanciamentos entre o bolsonarismo e o fascismo, ou seja, dentre as aproximações: discurso autoritário e culto à personalidade, o ex presidente Jair Bolsonaro frequentemente adotava um discurso arbitrário, expressando apreço pelo regime militar que se instaurou no país em 1964. Há também uma manifestação de culto à personalidade em torno de Bolsonaro, com uma base de apoiadores fortemente leal à sua figura.

Os regimes fascistas históricos, como o de Mussolini na Itália, caracterizavam-se por líderes carismáticos que centralizavam o poder e cultivavam uma aura de culto à personalidade. Nesse caso, encontra-se uma semelhança.

Hostilidade contra minorias e ataques à imprensa: críticos apontam para episódios de retórica hostil contra minorias, movimentos sociais e a imprensa, semelhante à estratégia empregada por regimes fascistas para consolidar o poder (COSTA; MENDES, 2021). Regimes fascistas historicamente promoveram uma narrativa que identificava inimigos internos, frequentemente direcionando hostilidade contra grupos minoritários.

Agenda Conservadora e Anticomunista: nesse aspecto, o governo Bolsonaro defendia uma agenda conservadora em questões sociais e manifestava uma postura anticomunista, elementos associados historicamente ao fascismo (LYNCH; CASSIMIRO, 2022). Regimes fascistas frequentemente também adotavam, fortemente, políticas conservadoras e se opunham ao comunismo, considerando-o uma ameaça à ordem estabelecida.

Elucidadas algumas aproximações, é pertinente dissertar sobre os distanciamentos, tarefa que faremos a seguir.

3.2 DISTANCIAMENTOS E DISCREPÂNCIAS

Cerca de 100 anos separam bolsonarismo e fascismo clássico. O contexto de emergência do bolsonarismo é o de um país capitalista periférico, sob domínio de um programa econômico neoliberal e subordinado ao imperialismo, enquanto o fascismo

clássico é expressão de um contexto do pós-primeira guerra, de nacionalismo exacerbado e disputa imperialista.

Além do distanciamento temporal, há discrepâncias, afinal o fascismo tornou-se, na formulação do XIII Pleno da Internacional Comunista, uma ditadura terrorista aberta dos elementos mais reacionários, mais chauvinistas, mais imperialistas do capital financeiro. O fascismo clássico foi um movimento político, um governo e um regime de ditadura com as características anteriormente descritas. O bolsonarismo constitui um movimento político, foi um governo, mas não se tornou, até o presente momento, um regime com características de ditadura fascista (BOITO JR., 2021).

A análise de distanciamentos e discrepâncias entre bolsonarismo e fascismo tem dois sentidos: há autores para os quais discrepâncias não impedem a caracterização do bolsonarismo como uma forma de neofascismo (BOITO JR., 2021; FILGUEIRAS E DRUCK, 2020; FLORES E DEL PASSO, 2021; SINGER, 2021), enquanto outros veem nos distanciamentos razões suficientes para descaracterizar o governo Bolsonaro como fascista ou neofascista (COHN, 2018).

A mais fundamental discrepância pode ser identificada no conteúdo nacionalista entre bolsonarismo e o fascismo no campo da economia e da política.

A política implementada no período fascista é marcada por um intervencionismo estatal, enquanto o bolsonarismo tem como base um neoliberalismo autoritário (SAAD-FILHO, 2021), sintoma de três processos: crise, estagnação e recuperação hesitante das economias neoliberais desde a crise financeira de 2008; crise dos sistemas políticos e instituições de representação que se seguiu à crise financeira e as políticas de austeridade que enfraquecem a democracia liberal; a apropriação pela extrema-direita de insatisfações populares.

O fascismo era uma forma política do capital, resultado do esforço de países de desenvolvimento capitalista atrasado (como a Itália), objetivando disputar sua inserção no bloco imperialista hegemônico. Nesse sentido, enquanto esse movimento encaminhava para uma política econômica nacionalista burguesa, representando os interesses comerciais das grandes empresas desse país no mercado global, o bolsonarismo, nos anos que esteve no Governo Federal (2018 - 2022), expressou uma política econômica que pode ser classificada como “entreguista”, de subserviência ao capital financeiro internacional.

O governo Bolsonaro marca o ápice, até o momento, de uma condição neocolonial, evidenciado pelo agravamento da submissão ao capital-imperialismo e, no

âmbito geopolítico, à influência dos Estados Unidos. Isso se materializa por meio de políticas que promovem o desmantelamento do aparato estatal e das suas políticas típicas de um Estado de bem estar social, privatizações, reformas burguesas e uma dinâmica econômica que reforça a reprimarização, ao passo que intensifica a desindustrialização do país.

Esse quadro reflete não apenas uma orientação econômica, mas também uma posição política que levanta questões cruciais sobre a autonomia e a soberania do Brasil em relação aos interesses externos (COSTA; MENDES, 2021).

Durante o período entre 1964-85, a economia política demandava o desenvolvimento das forças produtivas nacionais, ainda que isso ocorresse como parte de uma plataforma voltada para a valorização e acumulação do capital-imperialista. No cenário atual, a concretização dessas demandas exige a desmontagem de certos fundamentos estabelecidos na época precedente. Não é coincidência que o nacionalismo retórico do governo anterior revele uma essência intensificada de submissão ao capital-imperialismo, com destaque para os Estados Unidos. O lema "Brasil acima de tudo" do governo Bolsonaro reflete não apenas um compromisso retórico, mas uma realidade na qual o Deus-Capital assume a primazia. (COSTA; MENDES, 2021).

É crucial destacar que embora o bolsonarismo compartilhe certas características com o fascismo, há distanciamentos significativos, especialmente no que diz respeito à entrega do capital nacional para o estrangeiro. No contexto do fascismo, buscava-se consolidar o poder estatal e, de certa forma, controlar a economia nacional. No entanto, no caso do bolsonarismo, observa-se uma tendência de abertura à influência e ao controle estrangeiro sobre setores-chave da economia brasileira. Políticas de desregulamentação, privatizações (sendo o caso mais notável a Eletrobrás) e favorecimento de investimentos estrangeiros têm sido evidentes, indicando uma disposição para entregar o capital nacional a interesses externos (COSTA; MENDES, 2021).

Isso se observa, por exemplo, na privatização da Eletrobrás, uma das maiores empresas do capitalismo brasileiro, que foi entregue para o mercado estrangeiro. Outro importante exemplo é o projeto de lei que instaurou a autonomia do Banco Central, entregando a política econômica e monetária do país aos grupos de pressão do capital bancário internacional. Esse projeto de lei foi sancionado durante o governo Bolsonaro, em 2019.

A realidade descrita antagoniza com a agenda de disputa por terceiros mercados pelas multinacionais italianas observadas no fascismo, que pode ser percebida, por

exemplo, pelo apoio de empresas, como a Fiat, ao regime. Dessa forma, o patriotismo reivindicado pelo bolsonarismo, ainda que performado à exaustão, acaba por se mostrar uma encenação da direita brasileira, um cavalo de Tróia que oculta, dentro de si, uma política de desmonte da economia nacional. Coadunando com o entreguismo econômico e a vassalagem política, o bolsonarismo manifesta, no campo da cultura, uma submissão aos valores simbólicos imperialistas. Na superfície, isso se expressa por meio da abundante presença de bandeiras dos Estados Unidos e de Israel nas manifestações bolsonaristas.

Essa dinâmica contrasta com o fascismo clássico, que muitas vezes se caracterizava por uma abordagem de Estado forte e intervenção direta na economia nacional. No bolsonarismo, a entrega do capital nacional para o estrangeiro parece ser uma estratégia ativa, muitas vezes em detrimento da autonomia econômica do Brasil (COSTA; MENDES, 2021).

A influência estrangeira na economia brasileira sob o bolsonarismo tem sido percebida em setores como infraestrutura, energia e agricultura, nos quais acordos comerciais e parcerias internacionais têm sido favorecidos. Esse alinhamento com interesses estrangeiros, muitas vezes em detrimento dos interesses nacionais, representa uma característica distintiva em relação ao fascismo clássico.

Embora o bolsonarismo e o fascismo compartilham algumas características autoritárias, a forma como lidam com o capital nacional e a sua entrega a interesses econômicos estrangeiros é uma divergência importante que merece atenção na análise dos fenômenos políticos. Enquanto o fascismo clássico, liderado por Mussolini na Itália, tendia a adotar uma abordagem mais intervencionista e controladora da economia nacional, o bolsonarismo apresenta uma inclinação notável para políticas de desregulamentação e favorecimento de investimentos estrangeiros, resultando em uma entrega mais explícita do capital nacional a interesses externos.

Jessé Souza, em suas análises sobre o bolsonarismo, destaca como o governo de Jair Bolsonaro adotou políticas que favoreceram a inserção do Brasil na economia global de maneira submissa, com uma notável abertura a investidores estrangeiros. Isso se manifesta em privatizações, desmonte de setores estatais e políticas de desregulamentação que facilitam a atuação de empresas estrangeiras no país (SOUZA, 2022).

No fascismo, ao contrário, observa-se uma tendência de centralização do poder estatal na condução da economia. Roger Griffin, em seu trabalho "Fascism," explica como

o Estado fascista muitas vezes buscava fortalecer o controle interno sobre a produção e as finanças, priorizando uma abordagem que prestigiou mais a burguesia nacional italiana (GRIFFIN, 2019).

Assim, ao examinar a questão da entrega do capital nacional para o estrangeiro, é possível identificar uma distinção significativa entre o bolsonarismo e o fascismo, ressaltando as diferentes abordagens desses regimes em relação à economia e à soberania nacional.

As distinções entre bolsonarismo e fascismo suscitam, por sua vez, interpretações que descaracterizam o governo Bolsonaro como neofascista. Em um texto publicado logo após as eleições de 2018, Gabriel Cohn argumenta que não é apropriado adjetivar o "novo presidencialismo brasileiro" como facista. Em sua perspectiva, o fascismo pressupõe um Estado forte, desprovido de traços liberais, independentemente de ser uma manifestação contemporânea ou histórica desse fenômeno (COHN, 2018). O governo Bolsonaro adota políticas econômicas neoliberais, promovendo privatizações, desregulamentações e redução da intervenção do Estado na economia. Desse modo, o neoliberalismo do governo Bolsonaro representa uma abordagem econômica que diverge do intervencionismo característico dos regimes fascistas.

No tocante a desregulamentação e facilitação para a atuação de multinacionais no Brasil, o governo implementou políticas de desregulamentação para facilitar a atuação de empresas estrangeiras no país, o que não se alinha com a autossuficiência econômica perseguida pelo fascismo italiano. O bolsonarismo busca a privatização de empresas estatais e a redução da participação do Estado em setores estratégicos da economia, a agenda de privatizações do governo Bolsonaro segue uma lógica neoliberal, afastando-se da centralização do Estado presente no governo de Mussolini.

Estaria ausente também o corporativismo estatal, pois o governo Bolsonaro não adota este modelo típico dos regimes fascistas, que buscava integrar trabalhadores e empregadores em sindicatos controlados pelo Estado (COHN, 2018). Neste sentido, a inexistência de corporativismo seria uma distinção clara entre o bolsonarismo e o fascismo clássico.

Se, para Cohn, não há termo de comparação entre bolsonarismo e fascismo, segundo Santos (2018) o Estado Fascista e o Liberal são indistintos em certos aspectos.

Noutra chave interpretativa, Theotônio dos Santos entende que o Estado fascista não se diferencia do Estado liberal em seus aspectos fundamentais, apenas em algumas características formais (SANTOS, 2018). O fascismo não suprime a propriedade privada,

a organização empresarial e o direito civil burguês, que são os alicerces da sociedade capitalista. Além disso, o fascismo favorece especialmente os monopólios nacionais, incentivando todos os fatores responsáveis pela concentração econômica e centralização financeira. Ele submete a classe trabalhadora a condições desfavoráveis de negociação econômica, facilitando a superexploração da força de trabalho e, conseqüentemente, a obtenção de altas taxas de lucro que beneficiam o grande capital, os monopólios e o processo de concentração de riquezas como um todo (SANTOS, 2018).

Portanto, apesar da sua aparência ideologicamente totalitária, economicamente estatista e politicamente anti pluripartidário – ou seja, antiliberal em sua totalidade –, o fascismo ainda seria uma expressão extrema dos elementos constitutivos da ordem liberal capitalista. A polarização entre liberalismo e fascismo, embora represente estágios distintos do capitalismo, não é absoluta. Além disso, não é descabido considerar a possibilidade de um regime misto entre fascismo e liberalismo político, no qual um ou outro aspecto predomine (SANTOS, 2018).

Sintetizando as diferenças, tem-se: intervenção estatal na economia, no bolsonarismo existiu a tendência a adotar uma postura mais alinhada com princípios econômicos neoliberais, caracterizados pela defesa da livre iniciativa, redução do papel do Estado na economia e promoção de políticas de mercado. Por sua vez, o governo Bolsonaro, como comentado, buscou privatizar empresas estatais e promover a desregulamentação (LYNCH; CASSIMIRO, 2022). Em contraposição, historicamente, regimes fascistas tinham uma abordagem mais intervencionista na economia. Mussolini, na Itália, por exemplo, promoveu a colaboração entre o Estado e o setor privado, estimulando a formação de corporações controladas pelo Estado (SANTOS, 2018).

No que diz respeito à relação do governo Bolsonaro com empresas e monopólios, há a tendência de favorecer políticas que promovem a competição e a entrada de empresas estrangeiras no país. O governo Bolsonaro buscava reduzir barreiras regulatórias e facilitar a atuação de empresas privadas no mercado (COHN, 2018). Regimes fascistas historicamente adotaram medidas que favoreciam a concentração econômica e a formação de monopólios, nessa dimensão, então, diferenciam-se os fenômenos. Mussolini, por exemplo, incentivou a formação de grandes corporações, muitas vezes sob controle estatal (SANTOS, 2018).

No tocante às políticas protecionistas, no bolsonarismo havia um viés para adoção de políticas mais alinhadas com a liberalização do comércio internacional, buscando acordos comerciais e reduzindo tarifas de importação para estimular a competição. Nos

regimes fascistas frequentemente implementavam políticas protecionistas para fortalecer a economia pátria, reduzindo a dependência de bens estrangeiros (COHN, 2018).

Em relação às políticas protetivas, no bolsonarismo havia uma abordagem mais voltada para cortes em programas sociais e políticas de austeridade fiscal, em consonância com princípios neoliberais. Alguns regimes fascistas implementaram políticas de bem-estar social como forma de garantir o apoio popular, buscando conciliar elementos autoritários com medidas de proteção social (LYNCH; CASSIMIRO, 2022).

Em suma, enquanto o bolsonarismo adota princípios mais alinhados ao neoliberalismo, promovendo políticas econômicas de mercado e redução da intervenção estatal, o fascismo historicamente demonstrou uma abordagem mais intervencionista, buscando uma colaboração mais estreita entre o Estado e o setor privado para atingir objetivos nacionalistas burgueses e corporativistas. Essas diferenças refletem contextos históricos, ideologias e circunstâncias específicas de cada movimento político.

Importante salientar novamente que pensar na questão do avanço dos movimentos de extrema-direita no continente latino americano exige se considerar as diferenças históricas que marcam a formação social dos territórios que o compõem; os traços que caracterizam o subdesenvolvimento do capitalismo dependente; a precária formação das burguesias locais e o grau de subserviência de seu processo de consolidação frente às forças econômicas internacionais do imperialismo; a inserção de suas economias no capitalismo mundial, que experimentou, no século XX, alto grau de integração sob a hegemonia dos Estados Unidos, com enorme poder concentrado em seletos grupos de multinacionais, que reuniam tecnologias e capital em escala global, deixando pouco espaço para concorrência das burguesias nacionais recém industrializadas.

4. O SINDICALISMO DIANTE DO FASCISMO E DO BOLSONARISMO

Sindicatos são organizações coletivas, criadas pelos trabalhadores, para enfrentar as profundas adversidades comuns à classe explorada fundamental no capitalismo: o operariado. A origem dos sindicatos está intimamente relacionada à industrialização e à consolidação do capitalismo na Europa, principalmente no final do século XVIII e início do século XIX, durante a Revolução Industrial. Esse período foi caracterizado por condições de vida e trabalho precárias, afetando, substancialmente, a maior parte da sociedade europeia. É nesse contexto que o sindicalismo surge.

Os sindicatos representam, nos primeiros tempos, “um progresso gigantesco da classe operária, pois propiciaram a passagem da dispersão e da importância dos operários aos rudimentos da união de classe” (ANTUNES, 1980, p. 10). A privação da propriedade dos meios de produção, a condição de liberdade formal, somadas à lei dos salários, constituem as condições estruturais mais gerais que permitem que a organização dos trabalhadores, até então dispersa e efêmera, possa se consolidar e acumular forças (BOITO JR., 2001) e anular a “desunião entre a classe”. Como sintetiza Antunes, os sindicatos nasceram “dos esforços da classe operária na sua luta contra o despotismo e a dominação do capital”, (ANTUNES, 1980, p. 12).

A entidade sindical é uma organização político-social em benefício dos trabalhadores, abrangendo não apenas o ambiente urbano e industrial, mas também o rural e os serviços. Ainda que o sindicalismo tenha sua origem nas lutas e reivindicações do movimento operário, ele se estende para as demais frações da classe trabalhadora. Nesse contexto, observa-se que a dinâmica sindical responde aos desafios tanto das mudanças econômicas e das crises do capitalismo, quanto às pressões das conjunturas. É relevante destacar que, como resultado do processo de industrialização e da lei dos salários, no desenvolvimento da Revolução Industrial, houve uma substituição de parte da força de trabalho masculina pela de menores e mulheres (BERNARDO, 1997). A lei dos salários, como reflete Engels, consiste na tendência ao rebaixamento dos salários até ao ponto em que é suficiente apenas para a reprodução do trabalhador, forçando-o a assumir uma jornada extenuante ou ainda conviver com trabalho infantil e de mulheres em condições desumanas e degradantes.

Essa mudança ocorreu devido à disponibilidade de mão de obra mais econômica e à percepção de que esses sujeitos eram mais suscetíveis a serem controlados. Dessa maneira, imperava a vontade do empregador, que ditava as normas sem qualquer

intervenção de entidades ou do Estado. Esse cenário refletia uma dinâmica onde a força de trabalho se encontrava na ponta débil de uma relação desigual de poder (BERNARDO, 1997), resultando em uma condição limite de exploração nas relações laborais.

Os sindicatos constituem uma forma de organização coletiva, mas ao lado dele surgem outras formas. Todavia, independentemente da sua configuração, seja por meio de instituições de auxílio mútuo, sindicatos, comissões no local de trabalho, associações de bairro ou ocupações de terras, um movimento ativo sempre decorre da participação coletiva de classe. Nessas ocasiões, dinamismo e solidariedade são inseparáveis na prática. Essas duas palavras não apenas coexistem, mas também funcionam como sinônimos, dando origem ao igualitarismo e ao comunitarismo que se desenvolvem a partir dessas relações de luta. Essa dinâmica se estabelece em contraposição às formas de interação características da sociedade capitalista, marcadas por relações hierárquicas, individualizadas e individualizantes (BERNARDO, 1997).

O engajamento coletivo, seja em movimentos sindicais, comunitários ou outras formas de organização, promove uma base sólida para a construção de uma sociedade mais igualitária, desafiando as estruturas tradicionais e promovendo a participação ativa dos membros da comunidade (LEITE, 2019).

A potência dos sindicatos está em sua dinâmica associativa e cumulativa. Como mostra Hobsbawm (2000), os sindicatos gerais ingleses incluem todas as “classes de mão-de-obra”. Ao contrário da ideia evolucionista, tanto a criação de sindicatos quanto de centrais sindicais foi resultado de uma luta longa e política, justamente pela sua natureza de classe, ou seja, porque tentam unir todos os trabalhadores contra as condições de exploração do capital. A organização sindical se colocou objetivos mais amplos que os estritamente econômico-corporativos e se estendeu a trabalhadores com diversos graus de qualificação (HOBBSAWM, 2000). Na expressão de Anderson (1980), os sindicatos são dialeticamente oposição ao capitalismo e parte dele.

No livro *O que é sindicalismo*, Antunes (1980) traça uma espécie de tipologia das orientações político-sindicais. Sindicalismo cristão, anarco-sindicalismo e sindicalismo reformista são algumas correntes influentes e que disputam com o sindicalismo socialista e comunista a direção política deste movimento dos trabalhadores. De toda forma, pensar em sindicatos atrelados a governos conservadores, ainda mais de extrema-direita, parece contrassenso, por isso a relação entre sindicalismo e fascismo é um tema polêmico e relevante.

Feita algumas considerações iniciais sobre o sindicalismo como um movimento de origem operária e com potência de oposição ao capitalismo, o que aqui importa é discutir o movimento sindical diante do fascismo clássico e diante do bolsonarismo e examinar a posição do fascismo clássico e do bolsonarismo em relação ao sindicalismo.

4.1 A ITÁLIA E OS SINDICATOS FASCISTAS

Ao abordar o sindicalismo no contexto do fascismo clássico, é imperativo explorar como o movimento sindical interagiu com regimes totalitários e autoritários, no caso paradigmático do fascismo italiano. As dinâmicas sindicais sob o governo Mussolini, muitas vezes, são caracterizadas por uma subserviência ao Estado, comprometendo a autonomia dos sindicatos e transformando-os em instrumentos de controle do poder central. Uma análise mais aprofundada revela as complexas relações entre os sindicatos, os trabalhadores e o Estado, caracterizando o evento histórico como uma situação de cooptação e da limitação da atuação sindical pelo regime liderado por Mussolini (LEITE, 2019).

Ao examinar o sindicalismo em contextos fascistas e bolsonaristas, é possível compreender as nuances e desafios específicos que os sindicatos enfrentaram em diferentes períodos históricos, contribuindo para uma análise mais abrangente das relações entre o movimento sindical e o poder político diante de movimentos e governos extremados.

O governo fascista clássico apresentou características distintas em relação à classe operária. Durante esse período, que teve seu apogeu nas décadas de 1920 e 1930, as políticas fascistas se caracterizaram por uma prática autoritária e totalitária que impactou significativamente a vida da classe trabalhadora.

Togliatti afirma que, na fase em que se instaura propriamente uma ditadura fascista, a direção dos sindicatos é “100% alterada” (2010, p. 24). Mas, esta tomada dos sindicatos não ocorre abruptamente. Na fase inicial do fascismo, os sindicatos ainda fazem oposição ao governo. No período 1920 e 1923, o fascismo “não organiza mas desorganiza as massas” (Togliatti, 2010, p. 26). Ele destrói as organizações de classe “sem deixar vestígios” (2010, p. 124), para depois reconstruí-las como organizações fascistas. Até o período Matteotti, o fascismo procura organizar os operários, mas não tem êxito; isso só ocorre quando se instaura uma organização totalitária do Estado e um regime de terror. É neste momento, então, que, não podendo mais limitar-se a afastar a classe

trabalhadora dos sindicatos de classe, o fascismo organiza os sindicatos fascistas, “a principal organização de massa do fascismo” (TOGLIATTI, 2010, p. 55). Os sindicatos e as organizações trabalhistas são alterados e descaracterizados para desempenhar um papel que se mostrou vital na desmobilização popular (TOGLIATTI, 2010).

Estamos destacando tal característica em relação à organização fascista dos sindicatos pois ela se torna, segundo nossa hipótese, um aspecto decisivo na comparação com o neofascismo e o bolsonarismo.

Togliatti insiste que o processo de transformação dos sindicatos não segue o mesmo método. Até chegar ao monopólio sindical fascista há tentativas e experiências cujo vetor é a dinâmica da luta de classes. O autor analisa as etapas de fascistização dos sindicatos italianos comparando a CGL (*Confederazione Generale del Lavoro*) aos sindicatos fascistas. A CGL tinha 600.000 filiados e antes da Guerra chega a 3,6 milhões de associados. Esse crescimento expressa, segundo o autor, o ascenso das massas na sociedade, resultado de um processo de luta e de muita disciplina que levaria ou à ditadura do proletariado ou à inserção das massas na estrutura do Estado (2010, p. 57). Este poder de representação de setores operários e sobretudo de trabalhadores rurais tornaria a CGL um alvo central aos objetivos fascistas. Em 1923 a CGL somava apenas 212.000 filiados. Em 1924, os sindicatos fascistas contavam com 1,7 milhões de filiados, entre os quais 700.000 assalariados rurais, que teriam migrado para as estruturas fascistas.

Ao fazer dos sindicatos sua principal organização de massa, o fascismo objetiva influenciar *de modo direto* e ligar a si, de forma organizada, certas camadas de trabalhadores: operários, assalariados rurais (*braccianti*) etc. Este processo ocorre: a) por meio da cooptação de lideranças sindicais, que acabam se tornando expoentes no Partido e no governo fascista; b) da dominação ideológica; e c) do terror como uma ameaça contínua, ainda que não idêntica, sobre as massas (TOGLIATTI, 2010). O terror se combina, segundo o autor, com métodos de enquadramento mais ou menos forçado das massas à organização fascista, como por exemplo a sindicalização - e toda a relativa estabilidade que isso passou a representar em um cenário de crise, desemprego e “terror econômico” - condicionada à filiação ao Partido Fascista¹.

“Todo operário sabe que não apenas não poderá encontrar trabalho se não estiver inscrito em uma organização fascista, como também perderá seu lugar se manifestar, mesmo que de forma dissimulada, seus sentimentos

¹ No período em que Mussolini esteve no poder, de 1922-1943, a massa salarial real dos trabalhadores caiu em 25%.

antifascistas, se não tomar parte das manifestações fascistas, se estiver sob a suspeita de ser um antifascista ativo. (TOGLIATTI, 2010, p. 126).

Segundo Gramsci (2007) a classe operária enfrentou uma repressão severa, com a supressão de greves e manifestações. O governo fascista utilizou métodos autoritários para silenciar a oposição e controlar qualquer forma de dissidência que limitava a capacidade de organização e resistência dos trabalhadores. O regime de Mussolini teve um impacto profundo na classe operária, suprimindo a autonomia sindical, promovendo o corporativismo e implantando medidas repressivas, inclusive o uso aberto da violência com espancamentos nas sedes sindicais ou de algum *fascio*. Inicialmente, busca-se incentivar a concorrência entre sindicatos fascistas e comunistas, mas, diante da impossibilidade de resolver o problema fascista com esta estratégia, serão instituídas uma série de leis sindicais fascistas: o pacto do Palácio Vidoni, em 1925, a Lei Rocco, de abril de 1926, e finalmente a *Carta del Lavoro*, de abril de 1927.

O pacto do Palácio Vidoni, celebrado a 2 de outubro de 1925, foi um acordo entre os sindicatos fascistas e a *Confindustria* (Associação Nacional Italiana de Fabricantes), no qual eram reconhecidos apenas os sindicatos fascistas, que renunciavam às greves e às uniões sindicais. O pacto destruiu a posição da CLT e a dos sindicatos católicos, abolindo as comissões operárias de fábrica. Em 3 de abril de 1926, a Lei Rocco regulou juridicamente as relações trabalhistas, suprimindo o direito de greve. A *Carta del Lavoro*, decretada em 21 de abril de 1927, completou a regulação corporativa das questões sindicais e trabalhistas: com ela, as corporações convertem-se em órgãos estatais e o trabalho passa a se submeter a uma ação combinada com o capital. Todas estas leis destruíram o movimento operário livre na Itália, colocando todos os aspectos do movimento sindical sob um rígido controle estatal (TOGLIATTI, 2010, p. 61).

O Pacto do Palácio Vidoni buscou pela via da conciliação entre sindicatos fascistas e sindicatos patronais derrotar a luta reivindicativa operária. Encontrou campo fértil entre categorias como tipógrafos, vidreiros, chapeleiros, mas deparou-se com a resistência de metalúrgicos, químicos e têxteis, categorias que tinham “uma organização de base classista” (TOGLIATTI, 2010, p. 58). Nestes casos, a alternativa fascista foi destruir as organizações e criar outras.

A intervenção direta do Estado começa a se explicitar por meio da Lei Rocco que regula e suprime o direito de greve e, finalmente, a Carta del Lavoro que institui o corporativismo de tipo fascista. A Carta afirma:

I - A Nação italiana é um organismo com finalidades, vida, meios, de ação superior, em poder e duração, à ação dos indivíduos, agrupados ou separados, que a compõem. É uma unidade moral, política e econômica, que se realiza integralmente no Estado fascista.

II - O trabalho, em todas as suas formas de organização e execução, intelectuais, técnicas, manuais, é um dever social. Por isso, e somente por isso, é tutelado pelo Estado. Do ponto de vista nacional, o conjunto da produção é

unitário; os seus objetivos são unitários e se resumem no bem estar individual e no desenvolvimento do poder nacional.

III - A organização sindical ou profissional é livre. Mas, só o sindicato legalmente reconhecido e subordinado ao controle do Estado tem direito de representar legalmente toda a categoria dos empregadores ou dos trabalhadores, em virtude da qual é constituído; de defender seus interesses perante o Estado e às demais associações profissionais; de celebrar contratos coletivos de trabalho obrigatórios para todos os membros da categoria; de impor a eles contribuições e de exercer, com respeito aos mesmos, funções delegadas de interesse público.

(...)

VII - O Estado corporativo considera a iniciativa privada no âmbito da produção, como sendo o instrumento mais eficaz e mais útil ao interesse da Nação. Sendo a organização privada da produção, uma função de interesse nacional, o empresário é o responsável pela produção perante o Estado. Da colaboração das forças produtivas, resulta uma reciprocidade de direitos e deveres. O trabalhador, técnico, empregado ou operário, é um colaborador ativo da empresa econômica, cuja direção cabe ao empresário, que é o responsável (CARTA DEL LAVORO, 1927).

O fascismo então instituiu um modelo corporativista, no qual os sindicatos foram integrados a estruturas controladas pelo Estado. Essa abordagem visava centralizar o poder, eliminando a representação autônoma dos trabalhadores e unificando as diferentes categorias profissionais sob o controle do governo. Estabeleceu-se um controle estrito sobre os sindicatos, transformando-os em entidades tuteladas ao Estado. Os sindicatos perderam sua independência e autonomia e foram cooptados para servir aos interesses do regime, minando sua capacidade de defesa dos direitos trabalhistas (GRAMSCI, 2007).

Trotsky (s.d.) argumentou que o fascismo surge como uma forma de contra-revolução preventiva por parte das elites capitalistas. Ele via o fascismo como uma reação à possibilidade de uma revolução proletária. Nesse sentido, o fascismo não apenas reprimia os movimentos operários existentes, mas visava prevenir a emergência de uma revolução socialista, minando as organizações da classe trabalhadora antes que elas pudessem alcançar um nível de organização e consciência que fosse possível conferir a ela um poder significativo.

Zetkin destacava a habilidade do fascismo em manejar ideologicamente as massas e, especialmente, em dividir a classe operária. Ela examinou como a propaganda e as estratégias fascistas visavam a criar rivalidades entre diferentes setores da classe trabalhadora (ZETKIN, 2019).

Giorgio Agamben, filósofo contemporâneo, em sua obra "Estado de Exceção", analisa como o fascismo italiano implementou medidas extraordinárias que levaram à supressão dos direitos civis, incluindo a autonomia sindical. Ele explora a relação entre o poder soberano e a limitação dos direitos individuais, incluindo a liberdade de associação dos trabalhadores (AGAMBEN, 2011). A tese do autor segundo a qual o "estado de

exceção” teria se tornado permanente, que a exceção se tornou a norma, é polêmica e conceitualmente frágil, na interpretação de Boukalas (2018). Ademais, a tese do “estado de exceção permanente” nubla e descarta conceitos operacionais para a compreensão das formas de regime político, entre os quais os regimes de exceção, como o fascismo clássico. Em nossa análise, compreender as diferenças do fascismo como movimento, governo e regime, sobretudo como regime, por tudo que analisamos até aqui, é fundamental.

Renzo De Felice, historiador italiano e biógrafo de Mussolini, examinou a evolução do sindicalismo na Itália fascista. Em suas obras, destaca como o regime buscou transformar os sindicatos em instrumentos do Estado, alinhados aos interesses do Partido Nacional Fascista, minando a autonomia dos trabalhadores (DE FELICE, 2013).

Emilio Gentile, historiador do fascismo, analisou a natureza totalitária do regime de Mussolini. Ele destaca a maneira com a qual o fascismo tentou controlar todos os aspectos da vida social, incluindo a organização sindical, para consolidar seu domínio. Gentile destaca a instrumentalização do sindicalismo pelo Estado fascista em prol de seus objetivos políticos (GENTILE, 2000).

A supressão da autonomia sindical no fascismo italiano representou um elemento-chave na construção do controle totalitário do Estado sobre as instituições sociais. Esses autores fornecem análises a respeito de como essa supressão ocorreu e como afetou a dinâmica entre o Estado e a classe trabalhadora, resultando em uma reconfiguração das relações de poder na sociedade italiana da época.

Os sindicatos fascistas, todavia, não constituem um bloco homogêneo, sem contradições. O tipo de organização sindical fascista varia muito de região para região e segundo as conjunturas. Nas regiões mais industriais onde havia forte tradição operária, como Turim e Milão, os funcionários sindicais fascistas “procuram ligar os operários à organização, convidam operários a frequentar as sedes dos sindicatos, obrigam-nos a assistir reuniões sindicais, realizando estas reuniões durante o trabalho, no interior da fábrica e trancando a porta de saída” (TOGLIATTI, 2010, p. 127). Noutras regiões, os sindicatos fascistas mantinham guardas nas portas das sedes para evitar qualquer tipo de encontro ou minúscula reunião. Por toda parte, as assembleias foram proibidas. Quando o regime entrou em colapso, os sindicatos fascistas desabaram com ele e os trabalhadores reconstruíram seus sindicatos tradicionais, crescendo até atingir uma força de cinco milhões de filiados (TOGLIATTI, 2010).

Delimitada as características do sindicalismo fascista, parte-se, agora, ao exame do sindicalismo no neofascismo.

4.2 SINDICALISMO, NEOFASCISMO E BOLSONARISMO

A forma complexa, permanente e variável como o fascismo clássico buscou organizar os sindicatos na Itália de Mussolini - por meio de estratégias de cooptação, dominação e do terror -, não encontra paralelo no fascismo contemporâneo.

Isso não quer dizer que o neofascismo não procure difundir sua ideologia, prática e propósitos por meio de organizações, além dos tradicionais partidos de extrema direita. Estudos contemporâneos mostram a ação de pequenos grupúsculos neofascistas, neonazistas e de extrema direita, por alguns chamados “lunatic fringe” (Camus, 2007, p. 103).

CasaPound Italia (CPI) é provavelmente a organização, autodenominada ‘movimento fascista’, que mais chama a atenção. Criado em 2002, na Itália, o grupúsculo passa a ser notado quando um grupo de jovens ativistas ocupa um edifício no centro de Roma. Dez anos depois, CasaPound já era uma organização com candidatos nas eleições locais, ativa, articulada a partidos políticos de direita, como a Liga do Norte (NL) (FROIO e GATTINARA, 2015). CasaPound é uma organização cuja retórica pública que recupera e atualiza aspectos da doutrina fascista italiana, combinada a repertórios de ação e comunicação largamente inspirados nos movimentos sociais de esquerda radical dos anos 1990. Os militantes da CPI se referem a si próprios como “fascistas do terceiro milênio”.

Froio e Gattinara (2015) afirmam que, à semelhança de outros grupos europeus, CasaPound procura o apoio daqueles setores sociais que perderam a confiança nas instituições públicas, no governo, nos meios de comunicação social e nos sindicatos. Todavia, a novidade de CasaPound relativamente a outras organizações neofascistas é criação de um sindicato, o *Blocco Lavoratori Unitario* (B.L.U). Tal como no fascismo clássico, CasaPound usa a crise econômica para revigorar a luta contra a austeridade econômica, de modo que hoje a defesa da “economia nacional”, contra os especuladores internacionais e os intrusos estrangeiros, desempenhe um papel fundamental na autocompreensão do movimento.

São poucas as referências encontradas sobre o *Blocco Lavoratori Unitario*, sindicato oficialmente criado em 2012. A principal referência é o provocador Manifesto

de 1º de Maio de 2012, que clamava que os “verdadeiros” sindacatos não participariam da “festa” do grande “concerto” do dia dos trabalhadores.

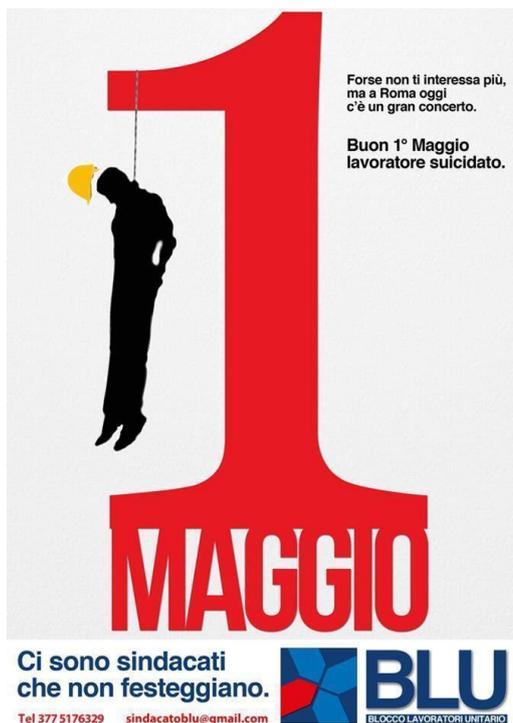
“Buon 1 maggio, lavoratore suicidato”. Uno striscione davanti a ogni cimitero d’Italia: in tempi di crisi il 1 maggio si celebra anche così. La provocazione è targata Blu, Blocco lavoratori unitario, sindacato nato in seno a CasaPound Italia, che aveva già messo a segno negli ultimi mesi due azioni contro i licenziamenti avviati dall’azienda di autotrasporto trentina Arcese e dalle Officine meccaniche ferroviarie del Salento e un blitz coordinato in una cinquantina di città italiane contro la riforma del lavoro e la modifica dell’articolo 18.

Anche questa volta, l’azione è stata compiuta simultaneamente in una cinquantina tra città e piccoli centri dal Nord al Sud del Paese, tra la quali anche Firenze dove lo striscione è stato apposto all’entrata del Cimitero di Trespiano. “Ci sono sindacati che non festeggiano”, si legge in calce ai volantini ‘choc’ che stanno facendo il giro del web: l’immagine rappresentata è quella di un operaio impiccato che pende da un grande ‘1’. A lato la scritta: “Forse non ti interessa più, ma a Roma oggi c’è un gran concerto. Buon 1 maggio, lavoratore suicidato”. E il ‘concertone’ organizzato da Cgil, Cisl e Uil a piazza San Giovanni è finito anche su uno degli striscioni esposti dal sindacato di Cpi a Roma: “Buon 1 maggio, lavoratore suicidato – si legge – stasera niente concerto”.

“Rifiutiamo la logica da ‘panem et circenses’ dei sindacati, anche perché di ‘panem’, a differenza di quanto avveniva nell’antica Roma, oggi non se ne vede più – sottolinea Blu in una nota – Di fronte a una lista di imprenditori e lavoratori ‘suicidati’ da uno Stato strozzino che si allunga ogni giorno di più e a una riforma che punta a ridurre i lavoratori in stato di servaggio, Cgil, Cisl e Uil non sanno fare di meglio che pretendere di utilizzare come una vetrina, peraltro a costo zero, piazza San Giovanni, sperando così di far dimenticare a suon di musica la loro inettitudine. Noi però a questo gioco ipocrita non partecipiamo. E’ il 1 maggio, ma non c’è niente da festeggiare”.

A Figura 1, abaixo, mostra o panfleto divulgado pelo B.L.U. por ocasião do dia 1º. De Maio de 2012.

Figura 1 – Panfleto do B.L.U.



Fonte: FirenziToday, 2012².

Já a Figura 2, abaixo, mostra a faixa divulgada pelo Blocco Lavoratori Unitario em frente à sede de CasaPound em Roma.

Figura 2 – Panfleto do B.L.U.



Fonte: FirenziToday, 2012.

² Ver: <https://www.firenzetoday.it/cronaca/striscione-choc-casapound-sindacati-1-maggio.html>

E no Brasil?

No contexto do bolsonarismo, não encontramos organizações como a CasaPound nem sindicatos com o perfil do *Blocco Lavoratori Unitario*. Todavia isso não significa que a política trabalhista proposta ou implementada pelo governo não tenha impactado na capacidade dos sindicatos de representar efetivamente os interesses dos trabalhadores.

No contexto em que neoliberalismo e neofascismo se articulam, o governo Bolsonaro empreende modificações trabalhistas e assume uma posição de não reconhecimento da legitimidade do movimento sindical como entidade representativa dos trabalhadores.

O bolsonarismo foi frequentemente hostil ao sindicalismo, criticando a atuação histórica dos sindicatos. Um exemplo disso é a retórica que questiona a eficácia dessas organizações, retratando-as como burocráticas e distantes dos reais interesses da classe trabalhadora (RODRIGUES JÚNIOR, 2020). Em pleno segundo turno das eleições presidenciais de 2022, Bolsonaro afirmaria “com a gente, sindicato não tem vez”³.

Além de negar a legitimidade sindical, o governo Bolsonaro instituiu uma Medida Provisória (MP) contra a possibilidade de repasse das contribuições sindicais, via desconto na folha de pagamento dos trabalhadores, o que leva a uma interpretação praticamente unânime do movimento sindical brasileiro segundo a qual o presidente queria “destruir os sindicatos”. Sérgio Nobre, então recém-empossado presidente da CUT, afirmaria em outubro de 2019:

“Bolsonaro está convencido de que, para destruir a oposição ao seu governo, a esquerda brasileira e os partidos de esquerda, precisa destruir a base social, que é o movimento social e sindical”⁴.

A extinção da contribuição sindical obrigatória foi instituída com a Reforma Trabalhista de 2017. O fim da obrigatoriedade do desconto em folha de pagamento para os sindicatos impactou diretamente a arrecadação dessas entidades, dificultando sua capacidade de representação e negociação (DUTRA; LIMA, 2023). Ainda que o fim do imposto sindical fosse apoiado por correntes sindicais progressistas, a medida afetou a receita da maioria dos sindicatos. Os sindicatos não contariam mais com repasses automáticos advindos de todos os trabalhadores, mas poderiam cobrar contribuições desde que aprovadas em assembleias. Mas com a mudança nas regras da contribuição

³ Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=JFEbZUXiwpw>.

⁴ Ver: <https://www.brasildefato.com.br/2019/10/14/temos-um-governo-que-nao-gosta-do-povo-brasileiro-afirma-novo-presidente-da-cut>

paga pelos trabalhadores aos sindicatos, instituída por Bolsonaro por meio da MP 873, ficara proibido, mesmo após decisão em Assembleia e autorização textual e documentada de cada trabalhador do referido desconto, o repasse das contribuições dos trabalhadores via folha de pagamento. Desta forma, os trabalhadores deveriam pagar mensalidades associativas por meio de boleto, pix, transferência bancária mensal. E isso foi interpretado pelo movimento sindical como uma espécie de declaração de guerra.

Ademais, o governo Bolsonaro promoveu intervenções diretas na representação sindical. Um exemplo é a tentativa de interferência nas eleições sindicais, buscando alterar a forma como são realizados os processos de escolha de lideranças, o que acaba por fragilizar a autonomia dessas organizações (DUTRA; LIMA, 2023). O discurso bolsonarista foi associado a uma visão que desvaloriza os direitos trabalhistas em prol de um argumento que esses direitos causam um entrave ao desenvolvimento econômico. Essa perspectiva refletiu em políticas que favorecem a flexibilização das leis trabalhistas, em detrimento das condições laborais dos trabalhadores (ROMANO, 2021).

Em plena pandemia, o governo procurou avançar na agenda neoliberal que permitiu a redução das garantias trabalhistas por meio de acordo individual, como a MP nº 936/2020, posteriormente convertida na lei 14.020/2020. A Lei da Liberdade Econômica (13.874 de setembro de 2019) também produziu alterações nas regras de trabalho aos domingos e feriados, impactando diretamente a jornada de trabalho e o direito dos trabalhadores ao descanso (ALMEIDA, 2021). Em 2019, o governo apresentou a proposta de MP 905 alterando mais de 86 itens da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A principal mudança era a criação de uma nova forma de contratação, via carteira verde e amarela, justificada como um incentivo à formalização de jovens de 18 a 29 anos em empregos com até 1,5 salários-mínimos. A medida visava à desoneração da folha de pagamento, na ordem de 34%, pois os empregadores deixariam de pagar alíquotas do Sistema S, do salário-educação e contribuição patronal de 20% sobre a Previdência Social.

Embora as medidas trabalhistas, inclusive a polêmica em torno do Auxílio Emergencial, tenham impactado negativamente na popularidade do governo, as pesquisas de opinião mostravam que, dentro da massa de bolsonaristas que mantinham apoio inabalável no presidente, estavam de setores populares membros de igrejas e fiéis simpatizantes do mundo evangélico (CUNHA, 2021). Neste sentido, apesar de possíveis impactos negativos nas condições de trabalho, parte dos setores populares viram no

governo Bolsonaro um defensor de valores conservadores e uma alternativa ao lulismo (RODRIGUES JÚNIOR, 2020).

Cunha afirma que a cultura gospel embasou o crescimento numérico, geográfico e patrimonial do segmento evangélico que intensificou o individualismo cujas bases são as teologias da prosperidade e da guerra espiritual.

Esta cultura formou uma geração de evangélicos cuja expressão religiosa é ancorada em chavões como “Deus está no controle”, “estar na visão”, “tomar posse da bênção”, “pare de sofrer!”, “pisar na cabeça do inimigo”, “Deus é fiel em retribuição à fidelidade no dízimo e na frequência a uma comunidade de fé”, entre tantas outras (CUNHA, 2021, s/p).

A autora interpreta que a orientação para “seguir os líderes”, os que “têm a visão”, também acabou favorecendo o alinhamento com o bolsonarismo.

Côrtes, por sua vez, também analisa a relação entre neopentecostalismo e o bolsonarismo. A autora entende que o agenciamento dos meios midiáticos e das redes sociais realizado pela Igreja Universal criou um sofisticado mecanismo “de subjetivação em que empreender é livrar-se da servidão a um senhor, lugar historicamente destinado aos dominados” (2021, p. 15). O pentecostalismo teria sido capaz então de difundir a ideologia do empreendedorismo e de tratar a violência cotidiana vivida nas periferias, dando lastro para a virada do neoliberalismo autoritário.

Esses exemplos ilustram como as características do bolsonarismo influenciaram diretamente segmentos populares no Brasil. As políticas adotadas e o discurso oficial impactaram não apenas as condições de trabalho, mas também na forma como os trabalhadores se organizavam e eram representados no cenário político e sindical.

A polarização política fomentada pelo bolsonarismo refletiu na classe trabalhadora, dividindo-a em diferentes posicionamentos ideológicos. Esse fenômeno enfraqueceu a coesão do movimento sindical, mas não impediu a construção de agendas comuns em defesa dos direitos trabalhistas (ROMANO, 2021).

Galvão e Marcelino (2018) afirmam que o processo de restauração do neoliberalismo levou a um realinhamento político do movimento sindical brasileiro. Embora o golpe de 2016 não tenha recebido a adesão ativa de nenhum segmento – talvez a exceção seja do então deputado federal Paulo Pereira da Silva, presidente de honra Força Sindical -, não houve uma resistência sistemática ao golpe. As reformas, especialmente a trabalhista, no governo Temer, e a eleição de Bolsonaro levam a tal realinhamento (CICONE, 2022). Este realinhamento leva a uma atuação unitária que se expressa na

rearticulação do Fórum das Centrais e na formação de uma frente sindical antifascista e de oposição à reeleição de Bolsonaro em 2022.

Cicone (2022) levantou, no período de 11 de março de 2020 a 31 de dezembro de 2021, as ações unitárias realizadas por quatro centrais sindicais brasileiras: CUT, Força Sindical, UGT e CTB. Ao total foram 107 iniciativas unitárias entre *lives*, publicações, notas, reuniões etc. Foram, precisamente:

O levantamento da pesquisa observou que a CUT, a Força Sindical, a CTB e a UGT construíram conjuntamente pelo menos 90 iniciativas, entre elas 39 notas, 12 *lives*, 11 reuniões, 9 propostas, 8 atos, 7 campanhas políticas, 3 notícias e 1 ofício. Quando analisamos a composição das centrais sindicais envolvidas em cada uma delas, observamos que nenhuma dessas ações foi organizada ou realizada apenas pelas 4 entidades aqui destacadas, sendo todas elas construídas com outras 2 ou mais centrais sindicais (CICONE, 2022, p. 12).

Boito Jr. tem uma visão crítica do sindicalismo em diferentes contextos históricos e políticos, incluindo o período do governo Bolsonaro. Suas análises são embasadas no marxismo estruturalista e uma abordagem crítica ao neoliberalismo (BOITO, 2020a). O autor critica a estrutura do sindicalismo de Estado no Brasil, cujos principais efeitos são a fragmentação das lutas e das organizações sindicais no país (BOITO JR., 1991). Ele argumenta que, desde a montagem da estrutura sindical oficial, os sindicatos foram integrados às estruturas estatais, perdendo sua capacidade de representar efetivamente os interesses da classe trabalhadora (BOITO, 2020a).

No contexto do governo Bolsonaro, Boito Jr. destaca os desafios enfrentados pelos sindicatos. Ele observa que as políticas neoliberais implementadas, como as medidas trabalhistas, como fatores que enfraquecem ainda mais a capacidade de mobilização e negociação dos sindicatos (BOITO, 2020b). O autor analisa as mudanças trabalhistas promovidas pelo governo Bolsonaro como medidas que retiram direitos dos trabalhadores, argumentando que essas mudanças aumentam a precarização e a insegurança no emprego (BOITO, 2020a).

Em suas análises, o cientista político destaca os desafios que o bolsonarismo e as políticas neoliberais representam para a organização sindical. Apontando para a necessidade de os sindicatos se adaptarem a um contexto político desfavorável e buscarem novas estratégias para representar efetivamente os interesses da classe trabalhadora (BOITO, 2020a). Por essas perspectivas supracitadas observa-se a crítica ao neoliberalismo e às políticas econômicas que favorecem o mercado em detrimento dos direitos trabalhistas.

Embora o sindicalismo no fascismo italiano e no bolsonarismo no Brasil estejam inseridos em contextos históricos e políticos distintos, é possível identificar algumas similaridades, especialmente no que diz respeito à relação entre o Estado, os sindicatos e a classe trabalhadora. Discorre-se sobre essas semelhanças abaixo.

Desvalorização da participação sindical: ambos os regimes demonstraram desvalorização da participação sindical autônoma. No fascismo, a atuação sindical independente era desencorajada, com o Estado assumindo o papel de mediador nas relações de trabalho. No bolsonarismo, discursos que desqualificam sindicatos tradicionais como burocráticos e ineficazes expressam uma visão negativa do fenômeno brasileiro em relação à participação sindical clássica.

Restrições à liberdade sindical: ambos os contextos históricos apresentavam restrições à liberdade sindical. No fascismo, a liberdade sindical foi suprimida em prol da estrutura corporativista controlada pelo Estado. No bolsonarismo, medidas que dificultam a atuação sindical, como a redução da contribuição sindical, podem ser interpretadas como uma forma de restringir a autonomia dos sindicatos.

Enfraquecimento da autonomia sindical: tanto no fascismo quanto no bolsonarismo, observa-se um enfraquecimento da autonomia sindical. Medidas que reduzem a arrecadação sindical e interferências nas eleições sindicais acabam por minar a independência das organizações trabalhistas, limitando sua capacidade de representação.

Polarização política e políticas autoritárias: ambos os regimes estavam associados a uma polarização política e atitudes autoritárias. A hostilidade expressa contra sindicatos tradicionais, aliada a discursos autoritários, puderam contribuir para um ambiente onde a participação independente dos trabalhadores era desencorajada.

Ainda que identificadas convergências entre a maneira com a qual o fascismo e o bolsonarismo abordaram a questão sindical, as diferenças são qualitativas. Enquanto no fascismo clássico, como mostramos, os sindicatos se tornam a principal organização fascista de massa, são destruídos e reconstruídos de modo a se tornarem aparelhos fascistas, no bolsonarismo, por outro lado, os sindicatos, embora afetados por políticas como a redução da contribuição sindical obrigatória e intervenções nas eleições sindicais, não se tornam inimigos a serem abatidos. O bolsonarismo busca fragilizar, mas não destruir o movimento sindical brasileiro, ainda que seja essa a percepção das lideranças. Dessa maneira, ao passo que Mussolini tentou e conseguiu cooptar os movimentos dos trabalhadores, Bolsonaro se ocupou, em maior medida, de desfinanciar, enfraquecer e

atacar a organização sindical nacional, encontrando a resistência e uma oposição unitária, como evidencia o trabalho de Cicone (2021). Outra diferença fundamental é a prática do terror no fascismo clássico. Embora práticas antissindicais tenham sido identificadas e denunciadas pelos sindicatos, no bolsonarismo não há indícios de cooptação, nem uso do terror amplamente praticado no período de Mussolini.

As comparações feitas nos parágrafos anteriores buscam identificar aproximações e distanciamentos entre fenômenos distintos, mas é essencial considerar as especificidades de cada período, sobretudo no que diz respeito ao regime político. Além disso, as análises podem evoluir à medida que novos eventos se manifestem.

Para apresentar de forma didática tais comparações, elaboramos o Quadro abaixo, inspirado em Boito Jr., (2020b).

Quadro I – Comparação entre fascismo enquanto gênero, fascismo italiano e bolsonarismo

Fascismo enquanto gênero	Fascismo italiano	Bolsonarismo
Mobilização reacionária das classes intermediárias	Mobilização da pequena burguesia italiana	Mobilização da classe média brasileira
Eliminação da esquerda enquanto força política	Destruição do movimento operário socialista e comunista	Ataque a esquerda reformista, seus partidos e movimentos sociais
Conservadorismo ideológico e crítica sistêmica retórica e superficial	Anticomunismo, culto a violência, crítica a democracia burguesa, politização do machismo, racismo e homofobia	Anticomunismo, culto a violência, crítica a “velha política”, politização do machismo, racismo e homofobia
Mobilização de base	Partido de massas organizado com milícias	Organização pelas redes sociais que, por vezes, se desdobrava em grandes movimentações na rua
Surge enquanto desdobramento de uma aguda crise social	Sim	Sim
Crise nos partidos tradicionais	Declínio da forma de governo de conciliação burguesa	Apagamento eleitoral do PSDB e PMDB; percepção por parte da população do PT como um partido corrompido
Derrotas políticas do campo popular	Derrota do Biênio Vermelho	Impeachment de Dilma, reforma trabalhista de Temer, prisão de Lula, impedimento da candidatura de Lula, vitória eleitoral de Bolsonaro

Fascismo enquanto solução burguesa: cooptação do movimento fascista pela burguesia, que permite sua ascensão ao governo e o estabelecimento de uma nova hegemonia	PNF sobe ao governo, e estabelece a hegemonia do grande capital em detrimento dos capitalistas médios que originaram o movimento	O grupo neofascista assume a presidência e reassegura o grande capital internacional e os capitalistas nacionais dependentes associados como hegemônicos no bloco do poder político
Movimento vindo de estratos intermediários cooptado pelas classes dominantes	Sim, com movimento muito organizado cooptado	Sim, com movimento pouco organizado cooptado
Presença de uma base social de apoio que impossibilita que o governo se torne uma mera ferramenta burguesa	Pequena burguesia como base de apoio do governo do imperialismo que gera contradições na base do governo	Classe média como base de apoio do governo capital internacional e da burguesia associada que gera contradições na base do governo

Fonte: Elaboração própria.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A delimitação da ideologia fascista é crucial para compreender seu surgimento em um período histórico específico e sua conexão com interesses econômicos, particularmente os das classes dominantes. O fascismo, que emergiu notadamente no entre guerras, foi uma resposta a crises socioeconômicas e políticas, que buscou preservar a ordem estabelecida e proteger os interesses de múltiplas frações da burguesia. No contexto original, o fascismo italiano de Mussolini surgiu em períodos de instabilidade econômica e social, prometendo restaurar a grandeza nacional e suprimir as ameaças percebidas à ordem tradicional. Essa ideologia caracterizava-se por um nacionalismo extremado, autoritarismo e corporativismo, culto à liderança, anticomunismo e a busca por uma sociedade hierarquizada.

No entanto, a delimitação histórica não implica sua extinção. Observamos, nos tempos atuais, ressurgimentos de elementos fascistas que ecoam características do passado, adaptadas aos contextos contemporâneos. O neofascismo, em diversas partes do mundo, reflete uma reconfiguração da ideologia fascista original, por vezes misturada com elementos populistas e nacionalistas, como no caso da organização CasaPound Itália.

No Brasil, o bolsonarismo representa um exemplo no qual há proximidades e distanciamentos em relação ao fenômeno que o precede. O discurso nacionalista exacerbado e a hostilidade contra movimentos progressistas e minorias são traços que aludem a retórica fascista do século XX. A articulação entre o bolsonarismo e outros exemplos que podem ser caracterizados como neofascismo indica como elementos que remetem ao fascismo original encontram terreno fértil na vida política contemporânea. Entretanto, a forma como o bolsonarismo se relaciona com os sindicatos ou com a economia nacional do seu país de origem guarda diferenças importantes, como procuramos assinalar.

Os sectários do bolsonarismo, entretanto, contribuem para a disseminação de uma série de ideias surgidas na Itália de Mussolini, defendendo uma visão de sociedade que frequentemente se contrapõe aos valores democráticos liberais e aos direitos individuais. A reverência ao líder, a polarização política e a desconfiança em relação às instituições democráticas burguesas são características que ecoam o passado fascista. Portanto, a análise da ideologia fascista não deve se limitar apenas a um período histórico específico, mas, também, considerar suas ramificações contemporâneas.

Para tanto, afirma-se que a experiência do fascismo ocorreu em um período historicamente determinado, tal qual ocorre com os fenômenos históricos. Mas reforça-se que ganham espaço suas ideias, agregando tendências, limites e possibilidades na conjuntura mundial contemporânea. Nesse aspecto, precisa-se entender o desenvolvimento do neofascismo.

Ao discutir se o governo Bolsonaro pode ser caracterizado como neofascista, é importante notar que essa é uma questão complexa e muitas vezes sujeita a interpretações divergentes. A avaliação de um governo como neofascista envolve uma análise cuidadosa de várias dimensões políticas, econômicas e sociais. O termo "neofascismo" é muitas vezes usado como uma analogia histórica e não implica uma cópia exata das características dos regimes fascistas do passado.

O presente estudo atinge seu objetivo ao realizar uma análise, ainda que preliminar, de um dos fenômenos mais marcantes no panorama da direita política no Brasil recente: o bolsonarismo. A caracterização desse fenômeno é construída por meio da comparação das identidades políticas do bolsonarismo com o fascismo italiano das décadas de 20, 30 e 40 do século XX. Em um esforço concentrado, a pesquisa visa confrontar esses eventos políticos, visando não apenas ressaltar as semelhanças, mas também identificar e compreender as nuances que diferenciam esses fenômenos.

Os resultados obtidos fortalecem a hipótese inicial levantada, sublinhando que, apesar das notáveis divergências históricas e contextuais que separam o bolsonarismo contemporâneo do fascismo clássico do século XX, há elementos ideológicos e estratégicos que sinalizam afinidades entre eles. Essa constatação suscita uma compreensão mais aprofundada sobre as dinâmicas políticas em jogo, destacando a importância de se examinar as ideias e estratégias que transcendem as fronteiras temporais e geográficas.

É imperativo ressaltar que essa análise não apenas contribui para o entendimento do bolsonarismo como fenômeno político singular, mas também proporciona entendimentos sobre a evolução e a adaptação de ideologias políticas ao longo do tempo. A comparação cuidadosa e crítica desses eventos políticos fornece uma caracterização mais aguda dos fenômenos, permitindo uma apreciação mais rica das dinâmicas sociais e políticas que moldam o cenário atual da direita política no Brasil. Ao refletir sobre essas conclusões, é possível lançar luz sobre as complexas interações entre passado e presente, contribuindo para uma compreensão mais abrangente das forças políticas em jogo na contemporaneidade brasileira.

Todavia, a análise das discrepâncias entre nacionalismo e subserviência no contexto do fascismo italiano e do bolsonarismo revela-se complexa, exigindo uma compreensão profunda das variáveis temporais e espaciais que moldaram as duas correntes políticas. Ao considerar o tempo histórico, é possível perceber que o fascismo italiano emergiu em um período de intensa disputa pela participação societária no bloco do capital imperialista durante as décadas de 1920, 30 e 40. Este contexto, marcado por duas guerras mundiais, teve a Europa ocidental como seu locus, o berço do capitalismo. Contrastando isso, o bolsonarismo surge em um momento posterior, caracterizado pelo capitalismo tardio, em sua forma neoliberal, em um país periférico e dependente.

A referência ao capitalismo tardio se conecta ao entendimento proposto por alguns autores. Esse termo aborda uma fase avançada do capitalismo, caracterizada por uma complexificação das relações sociais e econômicas. No contexto do bolsonarismo, essa configuração neoliberal do capitalismo tardio implica em uma sociedade permeada por intensa individualização, massificação cultural e forte ênfase no consumo. O bolsonarismo, ao surgir nesse contexto, reflete elementos do neoliberalismo. A ideologia neoliberal defende a minimização da intervenção estatal na economia, priorizando o mercado como regulador central e promovendo políticas favoráveis ao livre comércio e à desregulamentação.

O Brasil, enquanto país periférico e dependente, desempenha um papel significativo na compreensão da extrema direita contemporânea. A periferia do sistema capitalista acaba por vezes enfrentando desafios em relação à constituição de suas lideranças populares. A dependência econômica e a desigualdade social radical terminam por alimentar demandas por lideranças políticas que prometem soluções simplificadas para complexos problemas nacionais.

A globalização econômica e cultural é um fenômeno característico do capitalismo neoliberal, influenciando diretamente a dinâmica política do Brasil. O bolsonarismo, ao surgir nesse contexto globalizado, adapta-se às tendências internacionais, incorporando elementos populistas e nacionalistas, ao mesmo tempo em que se alinha com princípios neoliberais.

A ascensão do bolsonarismo também pode ser interpretada como uma resposta à crise de representatividade e à insatisfação popular em relação às instituições políticas tradicionais. A busca por lideranças que se apresentem como “outsiders” e “anti establishment” é uma característica que vem sendo percebida em diversos países.

A natureza pró-imperialista do bolsonarismo se torna mais compreensível à luz dessas diferenças temporais e espaciais. Em um contexto onde as disputas geopolíticas se reconfiguraram, o movimento bolsonarista se manifesta como parte integrante de um capitalismo globalizado, em um estágio mais avançado.

Surge então a questão de se o bolsonarismo representa uma síntese dialética entre o fascismo clássico e o neoliberalismo contemporâneo. Ao considerar essa perspectiva, questiona-se a adequação de categorizar o movimento como um fenômeno *sui generis*, argumentando que pode ser interpretado, na verdade, como uma possibilidade política da atual etapa do capitalismo. Isso encontra respaldo na observação de fenômenos semelhantes em outras partes do mundo, tanto na periferia quanto nos centros do sistema capitalista.

A ascensão de figuras políticas como Javier Milei na Argentina, José Kast no Chile, Viktor Orbán na Hungria, Donald Trump nos Estados Unidos, Boris Johnson no Reino Unido e Marine Le Pen na França destaca a transnacionalidade de certas características do fenômeno bolsonarista. Configura-se o que Palheta (2022) denominou de “la nouvelle internationale fasciste”. Dessa maneira, o bolsonarismo pode ser interpretado como um fenômeno específico de um campo político mais amplo, que transcende fronteiras geográficas estritamente nacionais.

Diante disso, a compreensão do bolsonarismo como uma ideologia política que se insere em uma trajetória globalizada do capitalismo é crucial para uma análise adequada. Ao considerar a interconexão entre tempo, espaço e ideologia, torna-se possível contextualizar e entender as nuances desse movimento, enriquecendo o debate sobre sua natureza e impacto social.

Tomando consciência desses aspectos, conclui-se e percebe-se que o bolsonarismo não é apenas um fenômeno político isolado, mas uma expressão complexa e multifacetada das condições sociais, econômicas e políticas presentes no Brasil e no mundo, em um estágio específico do capitalismo global. A compreensão dessas nuances é essencial para uma análise pertinente do fenômeno bolsonarista e seus desdobramentos na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. **Estado de exceção**. Boitempo Editorial, 2011.
- ALMEIDA, A. F, S. **Do golpe de 2016 ao bolsonarismo**: o neofascismo no Brasil. [s.l., s.n.], 2021.
- ANDERSON, P. Possibilidades e limites dos sindicatos. **Oitenta**, vol. 3, 1980, p. 41-58.
- ANTUNES, R. **O que é sindicalismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.
- BARNABÉ, T. A.; MELLO, Y. L.; GARCIA, G. F.; DE OLIVEIRA FORMIGA, D. A crescente da extrema direita no cenário político mundial: um estudo do bolsonarismo. **Manduarisawa**, v. 7, n. 1, p. 279-302, 2023.
- BERNARDO, J. Crise dos trabalhadores ou crise do sindicalismo. **Crítica Marxista**, São Paulo, v. 4, p. 123-139, 1997.
- BOITO JR, A. Neofascismo e neoliberalismo no Brasil do Governo Bolsonaro. **Observatorio Latinoamericano y Caribeño**, v. 4, n. 2, p. 8-30, 2020a.
- _____. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. **Crítica marxista**, v. 50, p. 111-119, 2020b.
- BOITO JR., A. Pré-capitalismo, capitalismo e resistência dos trabalhadores: nota para uma teoria da ação sindical. **Crítica Marxista**, n. 12, 2001, p. 77-104.
- CARNUT, L. Neofascismo (s) latino-americano (s) i–do fascismo ao neofascismo: compilando o debate. **Crítica Revolucionária**, v. 3, p. e005-e005, 2023.
- CHESSNAIS, F. Finance capital today. London: Historical Materialism Series, 2016.
- CHOONARA, J. Economic warnings, **Socialist Review**, n.450, 2019.
- CICONE, M. O sindicalismo no Brasil de Bolsonaro: aprofundamento da crise e seus impactos na ação sindical. VII Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política. Belo Horizonte, 16 a 23 de fevereiro de 2022.
- COHN, G. “A nova cara do presidencialismo”. Le Monde Diplomatique, 06 de novembro, 2018. Disponível em: diplomatique.org.br/a-nova-cara-dopresidencialismo. Acesso em: Dez. de 2023.
- COSTA, P. H; A.; MENDES, K. T. Autocracia burguesa e bolsonarismo:: um ensaio. **Marx e o Marxismo-Revista do NIEP-Marx**, v. 9, n. 16, 2021.
- CUNHA, M. Quem são os evangélicos que apoiam Bolsonaro?. **Carta Capital**, 06 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/quem-sao-os-evangelicos-que-apoiam-bolsonaro/>. Acesso em 17/01/2024,

DE FELICE, R. **Fascismo**. Firenze: Le Lettere, 2013.

DIAMOND, L. Facing up to the democratic recession. **Journal of Democracy**, v. 26, n. 1, p. 141-155, jan., 2015.

DRUCK, G.; FILGUEIRAS, L. Para entender a conjuntura: Neoliberalismo, neofascismo e burguesia no Brasil, **CADTM**, 2023.

DUTRA, R. Q.; LIMA, R. S. Neofascismo, neoliberalismo e direito do trabalho no governo bolsonaro. **Direito e Práxis**, v. 14, n. 3, 2023.

ECO, U. **Contra o fascismo**. [S. l]: Lumen, 2018.

FILGUEIRAS, L.; DRUCK, G. **O Brasil nas trevas. (2013-2020)**. Do golpe neoliberal ao fascismo. São Paulo: Boitempo, 2020.

GATTINARA, P. C.; FROIO, C.; ALBANESE, M. The appeal of neo-fascism in times of crisis. The experience of CasaPound Italia, **Fascism**, n. 2, 2013, p. 234-258.

GENTILE, E. **Fascismo e antifascismo: i partiti italiani fra le due guerre**. Florença: Le Monnier, 2000.

GONÇALVES, L.; NETO, O. **O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

GUÉRIN, D. **Fascismo e grande capital**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2021.

GRAMSCI, A. **Sobre el fascismo**. Organização de Enzo Santarelli. México: Ediciones Era, 1979.

_____. **Escritos políticos**. vol. 2., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. **Quaderni del carcere**. vol. 4. Turim: Einaudi, 2007.

_____. **Cadernos do cárcere**. vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRIFFIN, R. **Fascismo**. Aliança Editorial, 2019.

HOFFMANN, F. A extrema direita no poder: Bolsonaro e o bolsonarismo. **Orbis Latina**, v. 12, n. 1, p. 04-20, 2022.

KONDER, L. **Introdução ao Fascismo**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009

_____. **Os marxistas e a arte: breve estudo histórico-crítico de algumas tendências da estética marxista**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

LEITE, C. H. B. **Curso de direito do trabalho**. 11 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

- LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D.. Como as democracias morrem. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2018.
- LÜHRMANN, A.; LINDBERG, S. A third wave of autocratization is here: what is new about it?. **Democratization**, 2019. DOI: 10.1080 / 13510347.2019.1582029, 2019.
- LUKÁCS, G. Concepção aristocrática e concepção democrática de mundo. In: COUTINHO, Carlos Nelson; NETTO, José Paulo (org.). **O jovem Marx e outros escritos de filosofia Rio de Janeiro**: Editora UFRJ, 2007.
- LYNCH, C.; CASSIMIRO, P. H. **O populismo reacionário: ascensão e legado do bolsonarismo**. São Paulo: Contracorrente, 2022.
- MARX, K. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- MATTOS, M. B. **Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil**. Usina Editorial: São Paulo, 2020.
- MELO, D. **O bolsonarismo como fascismo do século XXI**. Neo) fascismos e educação: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, p. 12-46, 2020.
- MENDES, A; CARNUT, L. Crise do capital, Estado e Neofascismo: Bolsonarismo, saúde pública e atenção primária. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 57, 2020, p. 174-210.
- NETO, J. C. M. Fascismo e neofascismo: um conceito concreto a ser construído. In: VI SIMPÓSIO INTERNACIONAL LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA. 2021. **Anais...** 2021.
- PAXTON, R. **A anatomia do fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- POULANTZAS, N. **Fascisme et dictature**. Paris: François Maspero, 1970.
- RODRIGUES JÚNIOR, N. S. Atuação sindical em tempos de incremento da superexploração da força de trabalho: trajetória e resistência do sindicato dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza–STICCRMF. **Anais do III Seminário Nacional de Sociologia: Distopias dos extremos: sociologias necessárias**, 2020.
- ROMANO, C. Bolsonarismo e bolsonaristas no Brasil contemporâneo: Antecedentes históricos, percursos políticos. **Revista Desenvolvimento Social**, v. 27, n. 1, p. 141-159, 2021.
- RICUPERO, B. Notas sobre o bonapartismo, o fascismo e o bolsonarismo. **Revista Carta Maior**, [s.l.], v. 11, p. 12, 2019.
- SAAD-FILHO, A. Brazilian democracy facing authoritarian neoliberalism. **RDP**, Vol. 18, n. 97, 2021, p. 113-129. DOI: <https://doi.org/10.11117/rdp.v18i97.5410>

SACCOMANI, E. Fascismo. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N; PASQUINO, G. (org.). **Dicionário de política**. Brasília: Editora da UNB, 1998.

SANTOS, T. **Socialismo ou fascismo**: o novo caráter da dependência e o dilema latino-americano. Florianópolis: Insular, 2018.

SECCO, L. Gramsci e o fascismo: um mapa da questão. **Revista Novos Rumos**, v. 59, n. 2, p. 96-119, 2022.

SILVA, I. C. S. **Extremismo de direita na Itália do século XXI**: análise político-histórica sobre os efeitos da desigualdade de renda e o fenômeno do neofascismo. Monografia (Curso de Graduação em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Escola de Direito, Negócios e Comunicação, Goiânia, 2023. 63 f.

SINGER, A. A reativação da direita no Brasil. **Opinião Pública**, vol. 27, n. 3, 2021, p. 705-729).

SOUZA, J. **A herança do golpe**. Civilização Brasileira, 2022.

_____. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Leya, 2017.

THALHMEIR, A. **On Fascism**. Telos, 20, 1979.

TOGLIATTI, P. **Corso sugli avversari**: le lezioni sul fascismo. Torino: Einaudi, 2010.

TROTSKY, L. O bonapartismo alemão. In: _____. **Revolução e contra-revolução na Alemanha**. Lisboa; Porto; Luanda: Centro do Livro Brasileiro, s.d..

TROTSKY, L. **O único caminho**. 14 de setembro de 1932. Acesso em 15/10/2023. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/trotsky/1932/septiembre/14.htm>

ZETKIN, C. **Como nasce e morre o fascismo**. Tradução de Eli de Moraes. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.